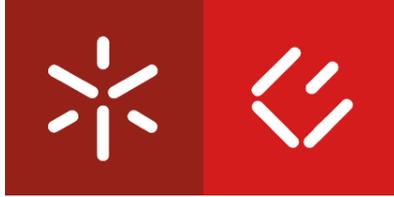


**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

José Luís Figueira de Sousa Ferreira Ivars

**O Impacto das Determinantes Económicas e Sociais na Percentagem de Voto Obtida pelos Partidos Populistas Radicais**





**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

José Luís Figueira de Sousa Ferreira Ivars

**O Impacto das Determinantes Económicas e Sociais na Percentagem de Voto Obtida pelos Partidos Populistas Radicais**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Economia

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Luís Aguiar-Conraria**

## **Declaração**

Nome: José Luís Figueira de Sousa Ferreira Ivars

Endereço eletrónico: ze\_ivars@hotmail.com

Número do Cartão de Cidadão: 14678222

Título da Tese: O Impacto das Determinantes Económicas e Sociais na Percentagem de Voto Obtida pelos Partidos Populistas Radicais

Orientador: Professor Doutor Luís Francisco Gomes Dias Aguiar-Conraria

Ano de Conclusão: 2017

Designação do Mestrado: Mestrado em Economia

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

## Agradecimentos

Gostaria de referir a minha gratidão para com o meu orientador, o Professor Luís Aguiar-Conraria, pela sabedoria e apoio constante e também pelos conhecimentos que me transmitiu ao longo do período de realização da tese.

Adicionalmente, agradeço a todos os professores que me acompanharam e ajudaram durante a minha licenciatura e mestrado em economia e também à instituição da Universidade do Minho e em particular à Escola de Economia e Gestão que me deram os recursos necessários para os meus estudos.

Aos meus pais, que me acompanharam e apoiaram sempre emocional e financeiramente neste percurso académico e sem os quais não me teria sido possível chegar onde cheguei.

Quero agradecer ainda à minha restante família, amigos e professores que direta ou indiretamente contribuíram para eu chegar até aqui.

Obrigado,

Um abraço,

José Luís Ivars

O Impacto das determinantes económicas e sociais na percentagem de voto obtida pelos partidos populistas radicais

## **Resumo**

O populismo radical é sucessivamente apontado pelos versados como um fenómeno cada vez mais relevante no contexto socioeconómico internacional. Um partido populista radical considera que a sociedade está dividida entre dois grupos antitéticos e homogéneos: o povo justo e puro e a elite corrupta que argumenta que a política deve ser a expressão da vontade geral da população, ou do povo. A crise financeira de 2008, acompanhada por políticas de austeridade que acentuaram as fracas taxas de crescimento do PIB e crescente taxa de desemprego, bem como um influxo de refugiados provenientes do Médio Oriente, trouxe para a ribalta sentimentos anti-imigração e desconfiança perante a capacidade de a União Europeia lidar com estes problemas, o que fez aumentar o voto em partidos populistas um pouco por toda a União Europeia. Para investigar este fenómeno, foi implementado um modelo econométrico que envolve a realização de três regressões distintas por dados em painel com efeitos fixos, para cada tipo de populismo e para o populismo em geral. Após a aplicação deste modelo, constatamos que existe uma forte correlação entre as condições macroeconómicas adversas e o voto em partidos populistas radicais. No entanto, variáveis como a corrupção e a taxa de homicídios podem também explicar o populismo, enquanto a imigração e a própria crise financeira não são significativas.

**Palavras-chave:** Populismo radical, voto, paradoxo, União Europeia, crise financeira, dados em painel

## **Abstract**

Radical populism is often considered by researchers as an important phenomenon in the international social and economic panorama. A radical populist party envisages society as if it were divided between two distinct yet homogeneous groups, namely the fair and just people as opposed to the corrupt elite which argues that politics should be the expression of the general will of said people. The financial crisis of 2008 followed by austerity measures that increased the already low GDP growth rates and the already high unemployment rate, as well as an influx of refugees hailing from the Middle East, brought forth anti-immigration feelings and distrust in the European Union's ability to deal with these issues, which increased populist party vote throughout the E.U. In order to investigate the matter further, we implemented an econometric model along with three separate regressions made using panel data fixed effects, one for each type of populism and for populism in general. After applying the model to our data, we found that there is a strong correlation between adverse macroeconomic conditions and Populist Party vote. However, issues such as corruption and violent crime can also explain the populist vote, while immigration and the financial crisis are not significant.

**Keywords:** Radical Populism, vote, paradox, European Union, Financial crisis, Panel data

## Tabela de Conteúdos

Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2. Revisão da Literatura.....</b>	<b>3</b>
<b>2.1. Populismo na União Europeia.....</b>	<b>4</b>
2.1.1. Populismo na Europa Ocidental.....	4
2.1.2. Populismo na Europa de Leste.....	4
<b>2.2. Discussão do Conceito.....</b>	<b>5</b>
2.2.1. Populismo Radical vs Extremismo vs Euroceticismo.....	5
2.2.1.1. Extremismo Político.....	5
2.2.1.2. Euroceticismo.....	6
2.2.1.3. A ideologia do Populismo.....	6
<b>2.3. Principais teorias sobre o voto e a escolha dos eleitores.....</b>	<b>8</b>
2.3.1. Teoria do eleitor racional.....	8
2.3.2. Modelo de Hotelling.....	9
2.3.3. Votação Económica.....	10
<b>2.4. Principais Teorias acerca do crescimento dos partidos populistas radicais.....</b>	<b>11</b>
2.4.1. Outras teorias sobre o populismo radical.....	12
2.4.1.1. Existência de uma democracia consolidada.....	12
2.4.1.2. Criminalidade.....	12
2.4.1.3. Participação eleitoral.....	13
<b>2.5. Análises Empíricas anteriores.....</b>	<b>13</b>
<b>3. Dados, Variáveis Explicativas e Hipóteses Principais.....</b>	<b>20</b>
3.1. Democracia.....	20
3.2. Taxa de crescimento do PIB real.....	22
3.3. Despesas com Proteção social (Welfare).....	23
3.4. Taxa de Desemprego.....	24
3.5. Criminalidade Violenta.....	25
3.6. Urbanização.....	25

3.7. Taxa de Participação eleitoral.....	26
3.8. Perceção da Corrupção.....	27
3.9. População Estrangeira.....	28
3.10. Crise Económica e financeira.....	29
<b>4. Metodologia econométrica.....</b>	<b>30</b>
<b>5. Resultados das Regressões.....</b>	<b>32</b>
<b>6. Discussão dos Resultados.....</b>	<b>33</b>
<b>7. Conclusão.....</b>	<b>41</b>
<b>8. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>43</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>48</b>

## **Índice de Figuras e gráficos**

1. Linha representativa do mercado de Hotelling.....	9
2. Distribuição dos votos em sistemas multipartidários.....	10
3. Nº de anos em democracia dos países da União Europeia em 2016.....	21
4. Evolução da Taxa de Crescimento do PIB nos países da U.E. de 1990-2016 (variação % em relação ao ano anterior).....	22
5. Evolução da Taxa de Desemprego nos países da U.E. de 1990-2016.....	24
6. Taxa de Homicídios Voluntários por 100000 habitantes, 1990-2015.....	25
7. Taxa de Urbanização na União Europeia em 2015.....	26
8. Índice de Perceção da Corrupção.....	28
9. Correlação entre a taxa de crescimento real do PIB e o populismo radical.....	34
10. Correlação entre a Taxa de Homicídios e o populismo radical.....	35
11. Correlação entre o Populismo radical e o Índice de Perceção da Corrupção.....	36
12. Correlação entre o Populismo radical de direita e o Índice de Perceção da Corrupção.....	37
13. Correlação entre a Taxa de Desemprego e a votação em partidos populistas radicais de direita.....	38

## **Índice de Tabelas**

1. Resumo dos estudos empíricos acerca do efeito das variáveis socioeconómicas sobre o populismo de esquerda.....	17
2. Resumo dos estudos empíricos acerca do efeito das variáveis socioeconómicas sobre o populismo de direita.....	18
3. Resultados das regressões efetuadas sobre o populismo radical.....	32

## 1. Introdução

O populismo é sucessivamente apontado pelos versados como um fenómeno cada vez mais relevante no contexto socioeconómico internacional. Este fenómeno é antigo, pois já assistimos, na Europa do século XX, a demonstrações bastante pronunciadas dessa natureza. Embora existam várias razões históricas, sociais e culturais para o aparecimento destes partidos, esta tese focar-se-á no impacto de variáveis como o desemprego, a taxa de crescimento do PIB real, a taxa de urbanização e a criminalidade, entre outras, no aumento da representatividade política deste tipo de partidos nos seus respetivos países no seio da Europa. Embora existam vários tipos de explicações para o sucesso dos partidos populistas radicais (Inglehart e Norris 2016 e De Lang e Art 2011), irei focar-me na opinião dos eleitores e, por conseguinte, nas razões que levam os eleitores a votar neste tipo de partidos, por oposição às características do partido que lhe permitem concorrer com os demais por um lugar no parlamento, por forma a responder à questão:

Até que ponto é que as condições de vida da população de cada país afetam as suas decisões de voto e, mais concretamente, se refletem no voto em partidos populistas radicais?

A maioria dos estudos destaca o crescimento dos partidos populistas radicais de direita (Mudde 2007), sendo raros os estudos que visam aferir o impacto dos determinantes económicos no populismo radical de esquerda como objeto de estudo. Para além disso, os estudos sobre a direita e a esquerda populista radical concentram-se na Europa Ocidental, deixando de parte os países do Leste da Europa. (Doletžalová et al 2017) Desta forma, é necessária a realização de um estudo sobre o populismo radical de direita e de esquerda que inclua o impacto da mais recente crise económica e financeira de 2008.

Para além da pesquisa de papers e conhecimento dos outros autores usarei vários modelos para clarificar em que medida estas variáveis explicam o aparecimento desses partidos no seio da Europa a partir de 1990 até 2016.

Esta tese divide-se em seis partes sendo que a primeira se refere a uma conceptualização teórica do populismo radical e a uma distinção entre vários conceitos relacionados, bem como um apanhado das análises empíricas mais recentes realizadas

anteriormente sobre o tema. Numa segunda parte, é apresentada a base de dados compilada pelo autor, onde é dada especial importância às variáveis explicativas usadas nos modelos que construí. Na terceira parte é referida a metodologia, isto é, de que forma foram trabalhados os dados. A quarta parte apresenta os resultados da pesquisa, sendo seguida por uma quinta parte que chega em consequência da anterior, isto é, a discussão desses mesmos resultados. Finalmente, são apresentadas as conclusões finais, apontando possíveis pontos que possam servir de pesquisa futura e completando o argumento desta tese.

## 2. Revisão da Literatura

Os partidos populistas radicais têm obtido ganhos eleitorais em regiões onde predominam várias religiões como a católica, a protestante e a ortodoxa, cujas populações, em geral, têm ideais políticos distintos do radicalismo político como a União Europeia e as Américas. Para além do mais, têm surgido em países com democracias maduras cuja população tem elevados níveis de educação e cultura.

Estes partidos também têm obtido ganhos em países que recentemente se libertaram do jugo do comunismo, bem como em democracias da América Latina e mais recentemente nos Estados Unidos com o novo presidente Donald Trump. (Norris 2005 e Inglehart e Norris 2016).

Conforme referido, os partidos populistas têm ganho notoriedade política em grande parte dos países da Europa Ocidental. A crise financeira de 2008, acompanhada por políticas de austeridade que acentuaram as fracas taxas de crescimento do PIB e crescente taxa de desemprego, bem como um influxo de refugiados provenientes do Médio Oriente, trouxe para a ribalta sentimentos anti-imigração e desconfiança perante a capacidade de a União Europeia lidar com estes problemas, i.e., euroceticismo (Stoyanova 2016) que está atualmente presente na grande maioria dos países da União Europeia. O exemplo mais recente desta desconfiança em relação à União Europeia foi o referendo realizado pelo Reino Unido em Junho de 2016 sobre a saída da União Europeia. Nele, o Partido para a Independência do Reino Unido (UKIP) conseguiu apelar aos sentimentos anti-imigração e anti elite da população e, dessa forma o país irá completar a saída quando estiverem concluídos os trâmites legais para o efeito. Li (2016) apresenta três fatores que motivaram os eleitores para esta tomada de decisão: (1) o aumento dos encargos com a proteção social; (2) o aumento da oferta de trabalhadores pouco qualificados, (3) possibilidade de maior flexibilidade económica, com a saída. Por outro lado, Arnorsson e Zoega (2016) apontam a intenção de não receber imigrantes quer do Médio Oriente quer do Leste da Europa como a principal razão por detrás deste voto. No fundo ambos os autores apontam a retórica anti-imigração como a principal determinante desta decisão.

## **2.1. Populismo na União Europeia**

A par dos laivos contra a imigração, a crise económica e financeira de 2008-2011 acentuou, também, sentimentos de descontentamento popular (Kriesi 2012) e uma das formas habituais de demonstrar essa insatisfação é através do voto, principalmente em partidos que prometem várias alterações ao sistema político e económico em vigor. Em seguida, apresento um resumo dos resultados eleitorais dos partidos populistas radicais de direita e de esquerda nos diversos países da União Europeia. Para uma descrição mais detalhada dos resultados eleitorais dos partidos populistas da União Europeia ver anexo (p. 55).

### **2.1.1. Populismo na Europa Ocidental**

Na Europa Ocidental, vários partidos da direita radical têm integrado cargos governamentais como a Lega Nord, no governo de Berlusconi, o Partido da Liberdade Austríaco que fez parte da coligação que governou o país durante cerca de cinco anos (2000-2005) e mais recentemente, o UKIP que embora não faça parte do governo atual de Teresa May foi uma importante base de sustento para o voto em referendo para a saída do país da União Europeia, dando ênfase à ideia que os partidos populistas não precisam de obter muitos votos para exercerem a sua influência na política dos seus países (Inglehart e Norris 2016).

No entanto, a pegada do populismo na Europa Ocidental não se apaga aqui, desta vez deixada pela esquerda radical, pois o Syriza chegou ao governo grego em 2015, enquanto o Bloco de Esquerda e o PCP apoiam o governo português por maioria parlamentar e o AKEL já governou o país cipriota por várias ocasiões.

Tal como argumenta Kriesi (2014), o populismo radical tem vindo a crescer não só na Europa Ocidental como na Europa Central de Leste.

### **2.1.2. Populismo na Europa de Leste**

Minkenberg (2002) sugere que o fenómeno populista radical, sobretudo de direita, que está a transparecer na Europa de Leste é em parte semelhante, mas em alguns pontos difere do que ocorre nos seus países vizinhos do Ocidente. Semelhante, primeiro, porque acontece quase em paralelo ao que se passa no Oeste da Europa, no entanto

diferencia-se deste pois tem por base uma ideologia bastante mais anti democrática e é suportado não tanto por partidos políticos mas por movimentos independentes.

Mudde (2005) faz uma análise do aproveitamento dos partidos populistas radicais de direita no Leste da Europa, dividindo-os em três grupos de acordo com os seus resultados políticos. Depois de este exercício, acaba por concluir que o populismo radical na Europa de Leste é bastante mais radical, mas com muito menos sucesso que na Europa Ocidental.

## **2.2. Discussão do Conceito**

O populismo não é um termo consensual na ciência e na economia política, pelo que várias definições existem, sendo a própria discussão desta ambiguidade uma presença assídua nos artigos sobre o assunto (Mudde 2016 e Canovan 1999).

### **2.2.1. Populismo Radical vs Extremismo vs Euroceticismo**

Embora não haja dúvidas acerca do aparecimento dos partidos populistas radicais na Europa desde finais do século XX até aos dias de hoje, há, no entanto, diferentes ideias acerca do nome que deve ser atribuído a este tipo de partidos. Nesta tese, sigo a definição de Mudde (2000), Mudde (2004) e Mudde (2007) que cunhou o termo.

Em seguida, estabelecerei os principais contrastes existentes entre o euroceticismo, o populismo radical e o extremismo político. Posto isto, irei relacionar e debater as diferenças entre partidos populistas radicais de direita e partidos populistas radicais de esquerda com base nas características de cada um.

#### **2.2.1.1. Extremismo Político**

Jackson (2015) define extremismo político como a atividade política subversiva com o objetivo de alterar o sistema político dominante e cujas políticas de redistribuição de recursos diferem substancialmente das dos partidos que dominam a plataforma política, sendo que, com partidos extremistas no poder, a redistribuição de recursos é feita por forma a alienar certos grupos ou classes de indivíduos (Brückner e Grüner 2010). De acordo com Mudde (2005), os extremistas são anti democráticos o que os diferencia dos radicais que tendem a ser anti democracia liberal mas não anti democracia. Este termo tende a ser mais usado pelos opositores a esta corrente de pensamento político,

enquanto a designação de radical é aceite pela maioria deste tipo de partidos que encara esta designação com orgulho (March e Mudde 2005).

#### **2.2.1.2. Euroceticismo**

O conceito de euroceticismo surgiu nos anos 80 para descrever a desconfiança do Reino Unido aos planos para aprofundar a integração europeia de então. A partir daí generalizou-se para todos os países ou indivíduos que se opõem a um maior grau de integração, i.e., aumentar os poderes da União Europeia. Existem dois tipos de eurocéticos: Por um lado, existem agentes políticos que não acreditam no projeto europeu; Por outro lado, há quem defenda a integração europeia, mas não nos moldes em que esta se baseia atualmente, propondo uma reestruturação profunda das regras e princípios que a sustentam. Atualmente, os países mais eurocéticos são os que mais sofreram com a crise financeira, como a Grécia e a Espanha, por exemplo. Contudo, o euroceticismo também está presente em países historicamente eurocéticos como o Reino Unido e naqueles cujos cidadãos, embora não tenham sido afetados de sobremaneira pela crise, temem que esta possa ter efeitos de spillover e, desta forma afete negativamente a economia do seu país. (Serricchio, Tsakatika e Quaglia 2013).

No fundo, o euroceticismo é apenas uma das várias formas de populismo (Collignon e Serrano 2007). Nem todos os partidos populistas radicais são eurocéticos (Rooduijn 2015), contudo, a ideologia mais radical está frequentemente associada a posições mais antieuropeístas (Hooghe et al 2002).

#### **2.2.1.3. A ideologia do Populismo**

Mudde (2004) vê o populismo como uma ideologia que considera que a sociedade está dividida entre dois grupos antitéticos e homogéneos: o povo justo e puro e a elite corrupta que argumenta que a política deve ser a expressão da vontade geral da população, ou do povo. Este povo pode ser visto como uma nação (populismo de direita) ou como uma classe (populismo de esquerda) como descrito por Kriesi (2014). Analogamente, um partido é considerado populista se apresentar características que lhe permitam mobilizar a população contra um governo ou instituição, procurando transmitir a mensagem de restauração do controlo da política por parte do povo que lhe tem escapado (Canovan 1999). Rydgren (2005) argumenta que estes partidos

antissistema veem todos os outros como parceiros e que se posicionam entre a oposição normal e os grupos que se declaram abertamente como antidemocráticos.

A definição que irei usar de populismo radical nesta tese combina três características para o caso do populismo radical de direita que são, de acordo com Mudde (2007), (1) uma vertente autoritária que se rege por uma crença numa sociedade perfeitamente regulada na qual as infrações são severamente punidas, (2) aquilo que o autor designa por nativismo, i.e., uma amálgama de dois conceitos: nacionalismo e xenofobia e (3) o populismo que já mencionei anteriormente. Analogamente, Zaslove (2004) caracteriza este tipo de partidos como opositores ao estado, à burocracia e às elites, bem como à União Europeia. Para além disso, revelam de acordo com o autor, uma política de culpabilização dos imigrantes que vai de encontro ao nativismo enumerado por Mudde (2007).

Por outro lado, o populismo radical de esquerda (1) rejeita as estruturas socioeconómicas, as práticas e os valores do capitalismo contemporâneo (March e Rommerskirchen 2015), advoga uma transformação do capitalismo e, (3) pretende devolver o poder ao povo justo retirando-o, para isso da elite corrupta (Dunphy e Bale 2011). São considerados de esquerda, uma vez que identificam as desigualdades económicas e sociais como principal base de suporte dos processos políticos e sociais existentes. O anti capitalismo aparece mais frequentemente que o sentimento anti democrático, embora o fim redistributivo de grande parte destes partidos possa ter por detrás não uma destruição mas uma alteração subversiva da democracia liberal (March e Mudde 2005).

## 2.3. Principais teorias sobre o voto e a escolha dos eleitores

Para percebermos o que motiva o voto em partidos populistas é necessário, antes de mais, entender as dinâmicas que estão por detrás do voto e, principalmente o que leva à crescente mudança de preferências políticas direcionada para o populismo. Para tal apresento as teorias de política económica sobre o voto.

### 2.3.1. Teoria do eleitor racional

A teoria do eleitor racional foi criada por Downs (1957) e aprofundada por Riker e Ordeshook (1968) e Hinich et al (1973). De acordo com esta teoria, na escolha entre dois candidatos ou partidos (X e Y, por exemplo), o eleitor calcula utilidades esperadas que resultam das propostas apresentadas por cada candidato e vota naquele cujo valor das mesmas seja maior. O benefício que advém do voto é dado pela diferença entre as utilidades esperadas das políticas destes dois candidatos, ou seja, o ato de votar tem utilidade esperada

$$P(U(X)-U(Y))$$

sendo que P representa a probabilidade de o seu voto influenciar o resultado das eleições

No entanto, o eleitor racional também está ciente que votar envolve custos (C) como recolha de informação, custos de transporte, entre outros, pelo que a verdadeira utilidade esperada que o indivíduo retira do ato de votar é dada por

$$E(U) = P(U(X)-U(Y)) - C$$

Sendo assim, o eleitor racional encara o voto como um instrumento que lhe permite dar a vitória ao seu candidato preferido. Contudo, o voto individual só terá impacto significativo no resultado de uma eleição se (1) os votos estiverem distribuídos 50-50 entre dois candidatos ou (2) o candidato preferido do eleitor perder por um voto se este não votar. Sendo a probabilidade destes dois eventos  $P_1$  e  $P_2$  respetivamente, a probabilidade de um eleitor individual ser determinante na vitória do seu candidato ou partido preferido é

$$P = P_1 + \left(\frac{1}{2}\right)P_2.$$

Ora, esta probabilidade é ínfima, o que aliado ao fato de os benefícios que obtém do ato de votar serem inferiores aos custos leva a que um eleitor racional tenda a abster-se. No entanto a grande maioria dos eleitores fá-lo, sendo que a participação eleitoral é

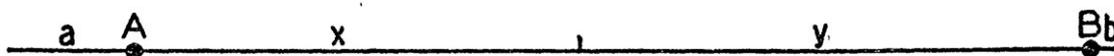
relativamente elevada, dando origem ao chamado paradoxo da votação (Mueller 2003). Mueller aponta como possíveis explicações para este contrassenso a utilidade obtida do ato por si só, a existência de um sentimento de dever cívico associado ao voto, bem como um costume social.

### 2.3.2. Modelo de Hotelling

Hotelling (1929), no seu modelo clássico sobre a concorrência, argumenta que os consumidores procuram o estabelecimento comercial que pratique preços inferiores e que se um comerciante aumentar o seu preço perderá grande parte do seu negócio, mas que, no entanto, esta perda será gradual e não total como afirma Bertrand (1883). O argumento de Hotelling baseia-se na possibilidade de vários consumidores se manterem leais ao comerciante apesar de um aumento no preço dos seus produtos. Tal deve-se à proximidade do consumidor ao comerciante.

Sendo assim, Hotelling imagina o mercado de um certo produto como disposto numa rua em que as empresas A e B estão situadas à distância  $a$  e  $b$  do fim da linha, respetivamente.

Figura 1: Linha representativa do mercado de Hotelling



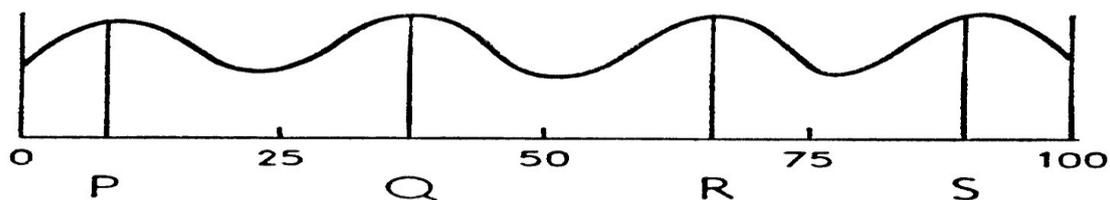
Fonte: Hotelling (1929)

Considerando que o preço praticado pela empresa A é dado por  $P_1$  e  $P_2$  o praticado pela empresa B e as quantidades produzidas por a empresa A,  $q_1$ , e pela empresa B,  $q_2$ , e os consumidores  $x$  e  $y$ , assumindo que o custo de produção para ambas as empresas é igual a 0, a procura é perfeitamente inelástica tal que a única diferença de preferência para cada vendedor é dada com base no preço mais custo de transporte, pelo que B pode vender à direita de  $b$  e até  $y$ , e A, da mesma forma é capaz de vender o seu produto para os consumidores que estão à sua esquerda e até ao lugar  $x$ .

Se, por hipótese, a empresa A se pudesse deslocalizar, poderia aumentar o seu lucro se se movesse em direção à empresa B, sendo que a empresa B tem exatamente o mesmo incentivo mas na direção contrária, i.e., em direção a A. Neste caso ambas as empresas baixam o preço do seu produto alternada e sucessivamente, num processo que só conduz a um equilíbrio se estas empresas estiverem suficientemente afastadas uma da outra que, de acordo com Downs (1957) não representa um equilíbrio estável.

Este modelo foi depois modificado por Anthony Downs (1957) e aplicado à concorrência entre partidos. No entanto, o princípio é o mesmo, i.e., os partidos, cujo objetivo é vencer as eleições, escolhem uma série de propostas para cada tema que maximizem os seus votos. No entanto, cada partido tem que manter a sua ideologia.

Figura 2 Distribuição dos votos em sistemas multipartidários



Fonte: Downs (1957)

Os sistemas multipartidários tendem a existir quando a distribuição dos eleitores é multimodal. Se, fazendo o paralelismo com o modelo de Hotelling, o partido tomar posições à sua esquerda para ganhar votos, perde os mesmos votos para o partido à sua direita e vice-versa.

Em sistemas multipartidários passa-se exatamente o contrário do que se verifica para os sistemas bipartidários. Nestes últimos os partidos tomam posições semelhantes, aproximando-se do eleitor mediano, para arrecadar a maior parte dos votos; já nos primeiros, a ideologia aparece como fator importante em que cada partido vinca a sua própria ideologia, distanciando-se assim dos restantes e permitindo assim ideais políticos mais diversos como os dos populistas radicais. A formação de partidos com estas convicções mais diversas depende dos incentivos que recebem para tal e das potenciais recompensas que obterão se chegarem ao poder. Ora, se o sistema cumprir os trâmites de uma democracia representativa vários destes partidos podem ser formados, sendo que o único limite existente prende-se com o número de assentos parlamentares e com a necessidade de criar ideologias suficientemente diferentes dos partidos existentes para atrair os eleitores.

### 2.3.3. Votação Económica

A teoria da votação económica tem tido bastante apoio na literatura empírica recente (Lewis-Beck e Nadau 2011) e diz-nos que os eleitores recompensam o partido que está no governo se as condições económicas melhorarem e, por oposição, culpam o governo se estas condições se deteriorarem. Esta teoria consegue explicar como é que os partidos incumbentes são recompensados ou punidos com base na sua performance

económica, no entanto não nos diz se, caso se verifique uma má performance, os eleitores que queiram punir o governo devem votar em partidos radicais de direita ou de esquerda (Golder 2003). Para tal, Freire e Santana-Pereira (2012) analisaram a hipótese da votação económica para as três eleições precedentes em Portugal e concluíram que, em alguns casos, as perceções negativas da economia levam ao voto em partidos mais pequenos, como o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista.

#### **2.4. Principais Teorias acerca do crescimento dos partidos populistas radicais**

O que motiva o aparecimento e crescimento destes partidos no seio da União Europeia? Vários são os autores que tentam dar resposta a esta questão.

Como já referi, uma das teorias, comum a quer populismo radical de direita quer de esquerda, é que a crise económica e financeira que começou em 2007/2008 nos EUA e se alastrou para o resto do Mundo permitiu o crescimento dos partidos populistas radicais, principalmente de direita, na Europa. A estagnação da economia que daí resultou levou a um aumento do desemprego e da dívida pública resultando numa deterioração das condições de vida das populações, o que por sua vez, motivou uma reação na mesa de voto, (Klapisis 2014 e Funke et al 2015) que variou de país para país sendo que os que foram mais afetados pela crise tenderam a transformá-la numa crise política (Kriesi e Pappas 2015).

No entanto, existem outras razões por detrás do reaparecimento destes partidos que assumem um carácter mais particular, i.e., que dizem respeito ao populismo radical de direita ou ao populismo radical de esquerda. Tal deve-se ao fato de certos partidos terem emergido antes da crise e em países que não foram particularmente afetados por esta, como por exemplo a Suécia, a Dinamarca, a Alemanha, entre outros e que, caso tenham sido, recuperaram rapidamente (Hutter et al 2017).

Do lado do populismo radical de direita, existem três hipóteses na literatura que procuram explicar a procura por este tipo de partidos (Norris 2005, Mudde 2007 e Karácsony e Róna 2011).

De acordo com os autores, as determinantes económicas e sociais como o desemprego e a pobreza foram responsáveis pelo crescimento do populismo radical de direita.

Adicionalmente, a crescente imigração resultou num desenquadramento dos imigrantes por via da existência de diferenças culturais e sociais, por serem vistos como rivais no mercado de trabalho (Betz 1994). Por outro lado, os indivíduos dependentes de benefícios sociais vêem estes imigrantes como oportunistas que se apropriam dos subsídios sem para eles terem contribuído (Kitschelt 1995). Grande parte dos populistas radicais de direita culpa os imigrantes pelos problemas da sociedade tais como os elevados níveis de desemprego, bem como as taxas de criminalidade mais acentuadas. (Klapisis 2014). No entanto, Golder (2003) revela que o voto em partidos populistas radicais de direita deveu-se também a um sentimento de revolta da população perante ameaças à sua cultura e identidade nacionais por parte destes imigrantes.

O populista, como opositor natural do sistema, tende a ser contra a modernização das sociedades (Collignon e Serrano 2007). De acordo este autor, os eleitores que não estão integrados em comunidades estão mais expostos à retórica dos partidos radicais. Estes perdedores da modernização (Betz 1994) foram afetados pela recente transformação das economias da Europa Ocidental em sociedades pós-modernas, o que levou a uma crescente individualização das mesmas. Ora, esta incapacidade de adaptação fez com que estes perdedores votassem em partidos cuja retórica de oposição à modernização lhes fosse mais apelativa, o que normalmente se enquadra nos partidos populistas radicais.

## **2.4.1. Outras teorias sobre o populismo radical**

### **2.4.1.1. Existência de uma democracia consolidada**

A existência de uma democracia consolidada é, de acordo com De Bromhead et al (2013) meio caminho andado para evitar o aparecimento de partidos populistas radicais após uma crise financeira, o que faz antever uma relação negativa entre a duração da democracia e o populismo radical.

### **2.4.1.2. Criminalidade**

Vários autores como Mudde (2000) e Coffé et al (2007) apresentam a criminalidade como uma tendência cada vez mais associada ao populismo radical de direita. Para além disso, estes partidos tendem a ter posições anti crime fortes. Estes partidos advogam estas posições relacionando as elevadas taxas de criminalidade com a população

estrangeira e são particularmente atraentes para aqueles eleitores que se sentem inseguros com a crescente criminalidade (Smith 2010).

#### **2.4.1.3. Participação eleitoral**

Segundo Immerzeel e Pickup (2015), a participação eleitoral pode também influenciar o voto em partidos populistas radicais de direita por duas vias alternativas. Por um lado, elevados níveis de participação eleitoral podem estar associados ao crescimento do voto em partidos populistas radicais de direita uma vez que este têm uma grande capacidade de mobilização e conseguem atrair o eleitorado desmotivado. O inverso também pode ser verdadeiro, isto é, a fraca participação eleitoral pode contribuir para a melhoria dos resultados destes partidos num cenário de insatisfação geral com a democracia no qual o voto nestes partidos terá mais peso (Stockemer 2017).

### **2.5. Análises Empíricas anteriores**

Na tentativa de testar estas teorias através do método científico, vários foram os autores que quiseram analisar o impacto das determinantes económicas e sociais sobre o populismo radical. Como fenómeno mais recente de instabilidade financeira e política, a crise financeira surge como importante alvo de estudo por parte dos interessados nesta relação.

O maior contributo recente para a análise do impacto das crises financeiras sobre o populismo radical foi a análise ao aumento dos votos em partidos populistas durante o período entre guerras mundiais de De Bromhead et al (2013). Nele, os autores estimam os seus modelos com base num modelo de Tobit e constataam que existe uma correlação entre o populismo e o mau desempenho económico. Os autores constataam que o efeito da Depressão no apoio a partidos populistas de direita variou com as condições económicas, sociais e políticas de cada país. Foi superior em países com uma história relativamente curta de democracia, em países com partidos populistas já existentes e com sistemas eleitorais que criaram poucos obstáculos à sua representatividade parlamentar. Sobretudo, o impacto foi maior em países cujas condições económicas adversas puderam persistir.

Para além disso, Funke et al (2015) estimam um modelo por efeitos fixos para aferir o impacto das crises financeiras e das recessões económicas das economias avançadas da Europa, os EUA, o Japão e a Austrália, encontrando uma relação positiva entre as crises

financeiras e a radicalização política, nomeadamente o aumento comprovado do voto em partidos populistas de direita após uma crise financeira.

Recentemente, os países mais afetados pela Grande Recessão de 2008 foram intervencionados pela TROIKA e os seus governos implementaram duras medidas de austeridade destinadas a corrigir os défices orçamentais elevados desses países, quer através de cortes na despesa quer através do aumento de impostos.

Naturalmente, seria de esperar que estas medidas aumentassem o apoio a estes partidos, como constatado por Doležalová (2015). No entanto, e num artigo recente sobre o efeito das medidas de austeridade na percentagem de votos obtida por partidos de menor representatividade eleitoral como os partidos populistas radicais de direita e de esquerda, Grittersova et al (2016) concluíram que as medidas de austeridade reduzem o apoio a estes partidos. De acordo com estes autores, estas políticas trazem para a ribalta políticas de direita e esquerda mais convencionais. Por que razão, então, é que se regista esta crescente corrente de apelo às massas, de luta contra o sistema e anseio por um regresso a um passado nostálgico?

Um dos principais determinantes do voto nestes partidos é a taxa de desemprego, no entanto, permanece a dúvida sobre o efeito que este terá. Alguns observaram um efeito positivo (Jackman e Volpert 1996, Knigge 1998, Golder 2003, Arzheimer 2009 e Stockemer 2017), outros um efeito negativo (Arzheimer e Carter 2006 e Stoyanova 2016) e, por fim, Lubbers et al (2002) concluíram que a taxa de desemprego não é significativa para explicar o populismo de direita.

A taxa de desemprego não é a única determinante económica do populismo radical de direita, sendo que, o crescimento do produto, i.e., a taxa de crescimento do PIB real também surge como importante fator para explicar este fenómeno. No entanto, as opiniões e conseqüentemente os resultados encontrados divergem quanto à relação entre estas variáveis. De Bromhead et al (2013) e Brückner e Grüner (2016) concordam que existe uma correlação negativa entre o crescimento do PIB e o populismo radical de direita, entrando em confronto com o resultado encontrado por Lucassen e Lubbers (2012).

Por outro lado, a imigração também tem a sua quota de importância neste tipo de estudos sobre o populismo de direita, que tem um efeito positivo na literatura empírica

(Knigge 1998, Lubbers et al 2002, Golder 2003, Swank e Betz 2003, Arzheimer 2009 e Stockemer 2017), com a exceção do estudo feito por Chapin (1997) para a Alemanha que encontrou um resultado inverso, nomeadamente que o populismo de direita prospera em zonas onde a percentagem de imigrantes é inferior.

Com o objetivo de testar a teoria da modernização de Betz (1994), i.e., medir o efeito da taxa de urbanização, Stockemer (2017) verifica a existência de uma correlação negativa entre a urbanização e o populismo de direita, contrariando o que descobriu Bowyer (2008) que, embora tenha usado a densidade populacional, concluiu que a correlação entre estes era positiva para os distritos de Inglaterra.

Quanto às outras razões por detrás da proliferação destes partidos, a criminalidade tem sido usada por vários autores com resultados diversos, tal como era de prever. Smith (2010) e Dinas et al (2011) encontram efeitos positivos da criminalidade no voto no populismo de direita, já Rotte e Steininger (2008), por sua vez, concluem que a criminalidade não é significativa, tal como Coffé et al (2007) que não encontraram tais efeitos na sua análise do impacto das taxas de criminalidade municipais no voto em partidos anti-imigração na Flandres, encontrando apenas efeitos da criminalidade na decisão de entrada nas eleições.

Adicionalmente, a taxa de participação eleitoral está positivamente correlacionada (Finseraas e Vernby 2014) ou negativamente correlacionada (Lamontagne e Stockemer 2010) com o populismo de direita dependendo dos estudos e métodos adotados. Por outro lado, Veugelers e Magnan (2005), através de métodos de lógica booleana e difusa, concluíram que a corrupção estará positivamente correlacionada com o populismo de direita.

Para explicar o voto em partidos populistas de esquerda, é mais uma vez a taxa de desemprego que toma um papel de destaque, contudo, os resultados encontrados são unânimes na atribuição de uma relação positiva (Visser et al 2014, Beaudonnet e Gomez 2015 e March e Rommerskirchen 2015) entre o desemprego e o populismo radical de esquerda.

A taxa de crescimento do PIB também é uma das variáveis frequentemente escolhida para estudar o populismo radical de esquerda, sendo que Lucassen e Lubbers (2012) constatam que valores mais baixos do PIB resultam num menor número de votos nos

partidos populistas radicais de direita. Adicionalmente, Brückner e Grüner (2016), através do método das variáveis instrumentais, não encontram uma relação significativa entre o crescimento do PIB *per capita* e o voto em partidos populistas de esquerda.

No fundo, foi feita uma extensa pesquisa sobre o impacto das variáveis socioeconómicas sobre o populismo radical, mas que, a meu ver está profundamente enviesada para o populismo radical de direita, pelo que, é necessária a realização de um estudo com dados em painel de vários países e ao longo de vários anos para explicar ambos os tipos de populismo radical. Em seguida são apresentados com mais detalhe os principais estudos empíricos realizados sobre o populismo radical de esquerda e de direita.

**Tabela 1: Resumo dos estudos empíricos acerca do efeito das variáveis socioeconómicas sobre o populismo de esquerda**

<b>Estudo</b>	<b>Período</b>	<b>Amostra</b>	<b>Método</b>	<b>Resultados</b>
Visser et al (2014)	2002-2010	32 Países Europeus	Análise Multinível	Índice de Gini (-) Desemprego (ns)
March e Rommerskirchen (2015)	1990-2008	34 Países Europeus	Modelo de Tobit	Desemprego (+) Turnout (ns)
Funke et al (2015)	1870-2014	20 Países da Europa Ocidental	Dados seccionais Temporais	Crise financeira (+)
Brückner e Grüner (2016)	1970-2002	16 Países Europeus	Dados em Painel	Crescimento PIB (ns)
Doletžalová (2015)	1995-2012	23 Países da U.E.	Modelo de Tobit	Crescimento PIB (-) Desemprego (+)

**Tabela 2: Resumo dos Estudos Empíricos acerca do efeito das variáveis socioeconómicas sobre o populismo de direita**

<b>Estudo</b>	<b>Período</b>	<b>Amostra</b>	<b>Método</b>	<b>Resultados Obtidos</b>
Jackman e Volpert (1996)	1970-1990	16 Países da Europa Ocidental	Modelo de Tobit	Desemprego (+)
Knigge (1998)	1984-1993	6 Países da Europa Ocidental	Dados seccionais temporais	Desemprego (+) Imigração (+)
Lubbers et al (2002)	1990-2000	Noruega + Países da U.E.	Questionários	Desemprego (ns) Imigração (+)
Golder (2003)	1970-2000	19 Países da Europa Ocidental	Maximum likelihood	Desemprego (+) Imigração (+)
Swank e Betz (2003)	1981-1998	16 Países da Europa Ocidental	Modelo de Tobit	Welfare (-) Imigração (+)
Veugelers e Magnan (2005)	1982-1995	10 Países da Europa Ocidental	Análise Booleana e Fuzzy-set	Welfare (+) P. Corrupção (-)
Arzheimer e Carter (2006)	1984-2001	7 Países da Europa Ocidental	Modelo Logit	Desemprego (-) Imigração (+)
Arzheimer (2009)	1980-2002	18 Países da Europa Ocidental	Modelo Logit	Desemprego (+) Imigração (+)

**Tabela 2: Resumo dos Estudos Empíricos acerca do efeito das variáveis socioeconômicas sobre o populismo de direita (continuação)**

<b>Estudo</b>	<b>Período</b>	<b>Amostra</b>	<b>Método</b>	<b>Resultados Obtidos</b>
Lamontagne e Stockemer (2010)	1990-2008	121 Distritos da Áustria	Pooled time-series	Turnout (-) Urbanização (-)
De Bromhead et al (2013)	1919-1939	28 Países da Europa, América e Oceânia	Modelo de Tobit	Crescimento PIB (-) Democracia (-) Crise financeira (+)
Lucassen e Lubbers (2012)	1980-2002	11 Países da Europa	Regressão Logística	PIB (+) Imigração (ns)
Funke et al (2015)	1870-2014	20 Países da Europa Ocidental	Dados seccionais temporais	Crise financeira (+) Desemprego (+) Imigração (+)
Brückner e Grüner (2016)	1970-2002	16 Países Europeus	Dados em Painel e Variáveis instrumentais	Crescimento PIB (-)
Stoyanova (2016)	1998-2013	16 Países da Europa Ocidental	Modelo de Tobit	Desemprego (-)
Stockemer (2017)	1990-2013	160 Regiões de 17 países da Europa Ocidental	Modelo de Tobit	Ensino superior (+) Urbanização (-) Desemprego (+) Imigração (+)

### **3. Dados, Variáveis Explicativas e Hipóteses Principais**

Os dados obtidos começam a partir de 1990 para todas as variáveis explicativas, exceto para o índice de percepção da corrupção cujas primeiras observações reportam ao ano de 1995. Para além disso, os dados relativos às percentagens de voto obtidas pelos partidos populistas radicais datam todas as eleições a partir de 1990.

Na análise do populismo radical na União Europeia de 1990 a 2016, utilizarei dados dos 28 países que compõem a União Europeia e que abrangem 207 eleições legislativas e presidenciais, no caso da França, realizadas neste período. Os dados para estas eleições foram obtidos através da base de dados da parlgov que apresenta os resultados das mesmas neste período, bem como o número de eleitores e o total de votos para cada eleição, a partir dos quais criei uma variável denominada taxa de participação eleitoral. Como foi referido, a quase totalidade das eleições são legislativas, sendo que, para o caso em que há duas eleições no mesmo ano, como na Grécia, em 2012, foi feita a média dos resultados obtidos para cada tipo de partido nestas eleições. Adicionalmente, nos países em que vigora um sistema legislativo de duas câmaras, só são consideradas as eleições para a câmara dos representantes, i.e., a câmara baixa. Em anexo, junto uma lista dos partidos considerados populistas de direita e de esquerda, bem como uma descrição do melhor e pior resultado do populismo de direita e de esquerda para cada país. Adicionalmente, também em anexo, são dispostas as estatísticas descritivas e sumárias para as variáveis dependentes e independentes analisadas.

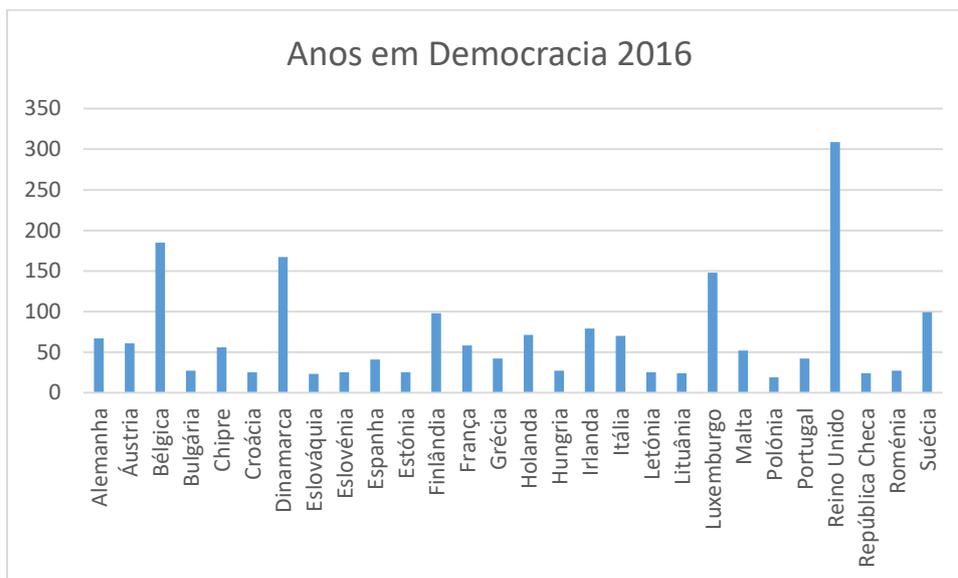
No que se segue deste capítulo irei apresentar as variáveis explicativas usadas nesta análise e as principais hipóteses que daí advêm.

#### **3.1. Democracia**

Uma das minhas variáveis explicativas é a duração da democracia, em anos, que é logaritmicada e que foi retirada da base de dados da polity iv e da new world encyclopedia.

Em seguida apresento os países da União Europeia e a duração da democracia nestes países em 2016.

Gráfico 3: Nº de anos em democracia dos países da União Europeia em 2016



Fonte: Criado pelo autor com base nos dados da polity iv e da new world encyclopedia. Como podemos constatar, através de uma análise ao gráfico anterior, os países com maior tradição democrática são o Reino Unido, a Bélgica, a Dinamarca e o Luxemburgo. Em contraste, os países da Europa de Leste como a Bulgária, a Letónia, Lituânia, Estónia e Croácia apenas conseguiram estabelecer um regime democrático a partir de 1990, pelo que ainda estão bastante atrasados em relação aos restantes países da União Europeia nessa matéria.

A variável anos de democracia tem sido frequentemente utilizada pelos autores como De Bromhead et al (2013), Klapsis (2014) e Kriesi e Pappas (2015) com o intuito de aferir de que forma o facto de um país estar há mais ou menos tempo em democracia, ou seja a estabilidade política e democrática interfere no voto em partidos populistas radicais e antissistema. Tal deveu-se a uma erosão do sistema político e da democracia representativa em vários países ao longo de vários anos que permitiu o aparecimento de este tipo de partidos (Kriesi e Pappas 2015).

Dada a discussão sobre a variável, irei testar a seguinte hipótese:

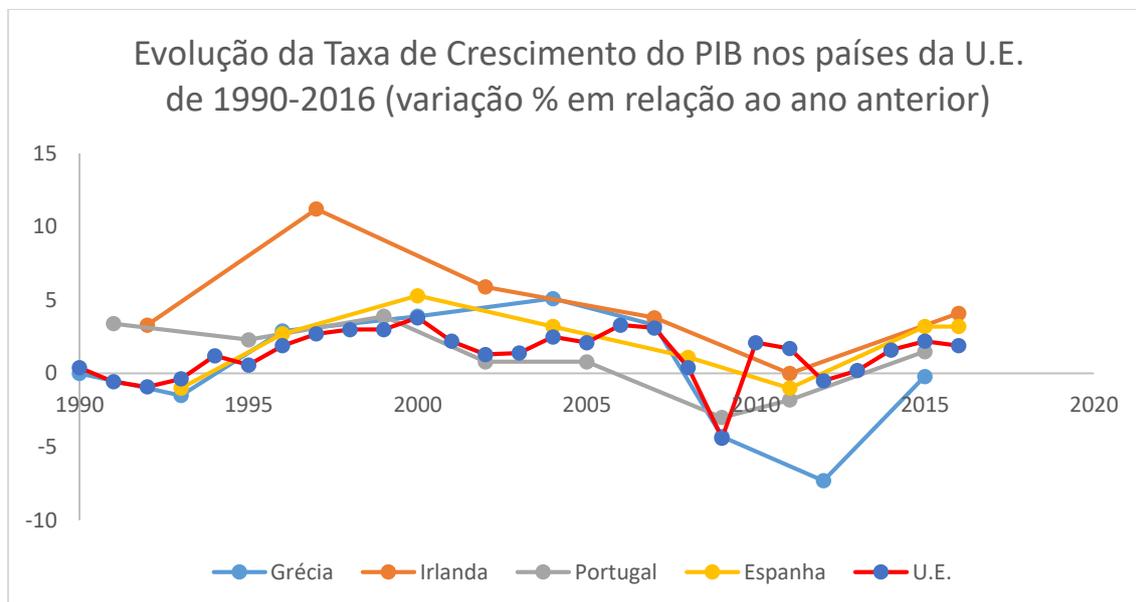
Quanto menos madura for a democracia de um país maior é a propensão para o voto em partidos populistas radicais quer de esquerda quer de direita

### 3.2. Taxa de crescimento do PIB real

A taxa de crescimento real do PIB em volume, retirada do Eurostat e da Pordata, é um indicador que demonstra a variação anual da riqueza criada por uma economia. É utilizado o PIB real a preços constantes uma vez que anula o efeito da inflação, permitindo comparações, quer ao longo do tempo quer entre economias de diferentes dimensões.

Na figura que se segue é evidenciada a taxa de crescimento real do PIB em volume e a preços constantes para o período de 1990 a 2016.

Gráfico 4: Evolução da Taxa de Crescimento do PIB nos países da U.E. de 1990-2016 (variação % em relação ao ano anterior)



Fonte: Criado pelo autor com base nos dados obtidos do Eurostat e do Pordata

O gráfico anterior demonstra a evolução da taxa de crescimento do PIB real nos países da União Europeia que foram mais afetados pela crise económica e financeira de 2008 em diante e comparados também com a média da União Europeia. Podemos comprovar, mediante a análise do gráfico que todos os países analisados têm tido uma tendência de desaceleração do produto de 1990 a 2016 pese embora, se tenha verificado uma tendência inversa de 1992 a 1997, no caso da Irlanda, de 1991 a 1999 (Portugal), 1993 a 2000 (Espanha) e, por fim, 1993 a 2004 para o caso da Grécia e de 2012 a 2016 em geral. De salientar, sobretudo, a Irlanda que em todo o período é o país que tem crescido a um ritmo mais acentuado, estando acima da média da União Europeia todos os anos, com exceção do período compreendido entre 2010 a 2012, enquanto Portugal e Grécia

foram os países cujo PIB mais contraiu face ao ano anterior, sendo que ambos estão ainda abaixo da média da União Europeia.

Um dos objetivos desta tese é analisar em que medida o crescimento do produto traduzida aqui por um aumento na taxa de crescimento real do PIB é ou não acompanhada por um decréscimo da percentagem de votos obtida pelos partidos populistas radicais, como evidenciado pelos estudos de De Bromhead et al (2013) e Brückner e Grüner (2016).

Assim testamos a hipótese de que o crescimento económico reforça a confiança dos eleitores no governo e, como tal mitiga o aparecimento de partidos populistas radicais.

### **3.3. Despesas com Proteção social (Welfare)**

São também consideradas as despesas com proteção social por parte do Estado em percentagem do PIB (Welfare) tendo sido retirados da ESSPROS, a European System of Social Protection Studies, base de dados do Eurostat, bem como dos dados da Pordata. Os países mais modernos caracterizam-se por regimes de proteção social bastante desenvolvidos, cuja função de apoio à população desempregada, doente e inválida, aposentada ajuda a colmatar, em certa medida, problemas sociais graves como a pobreza e a exclusão social.

Contudo, a atribuição de subsídios de desemprego, pensões de invalidez, entre outros, têm produzido em vários países uma atitude denominada por chauvinismo de bem-estar, isto é, a exclusão de grupos alheios por parte destes indivíduos, de forma a conseguirem manter a sua riqueza (Kitschelt 1995) ou, mais concretamente, numa rejeição da redistribuição para os mais desfavorecidos (Coffé et al 2007).

Por outro lado, as medidas de austeridade implementadas sobre os países sob um regime de ajuda financeira traduziram-se em fortes cortes no sistema de proteção social dos países afetados (Lisi 2016), o que vai diretamente contra a ideologia da esquerda radical.

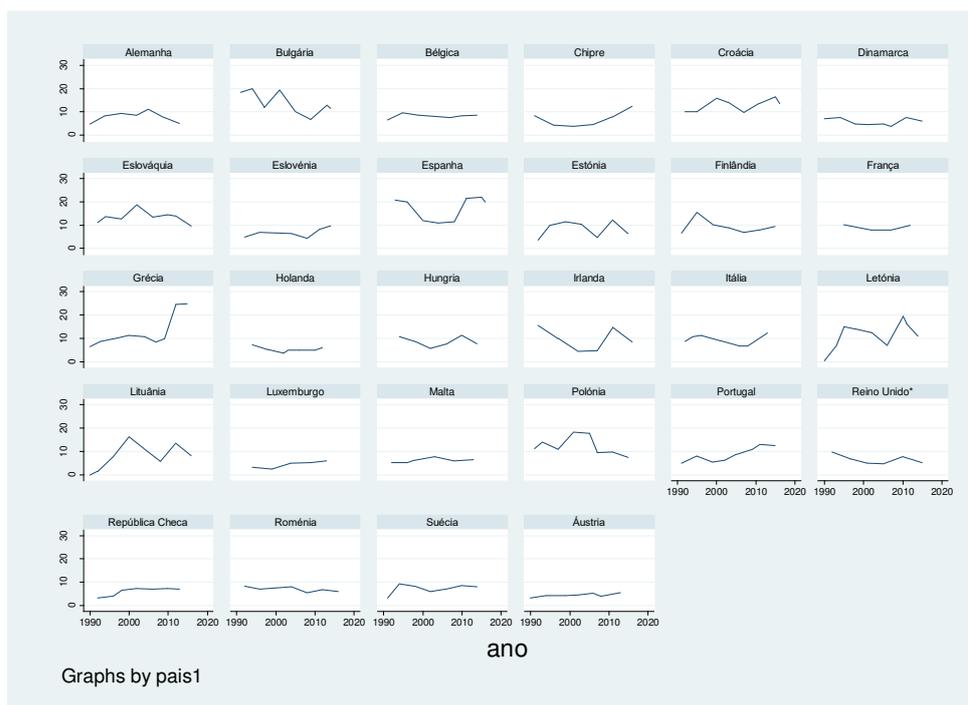
Resumindo, é de esperar que, tanto no caso da esquerda como da direita, exista uma correlação negativa entre a despesa com proteção social e o voto em partidos populistas radicais.

### 3.4. Taxa de Desemprego

Os dados sobre a taxa de desemprego foram retirados da base de dados do Eurostat, do Worldbank e da AMECO que é uma base de dados macroeconómica anual da diretoria geral para assuntos económicos e financeiros da Comissão Europeia.

Segue-se, no gráfico, a evolução da taxa de desemprego nos países da União Europeia de 1990 a 2016.

Gráfico 5: Evolução da Taxa de Desemprego nos países da U.E. de 1990-2016



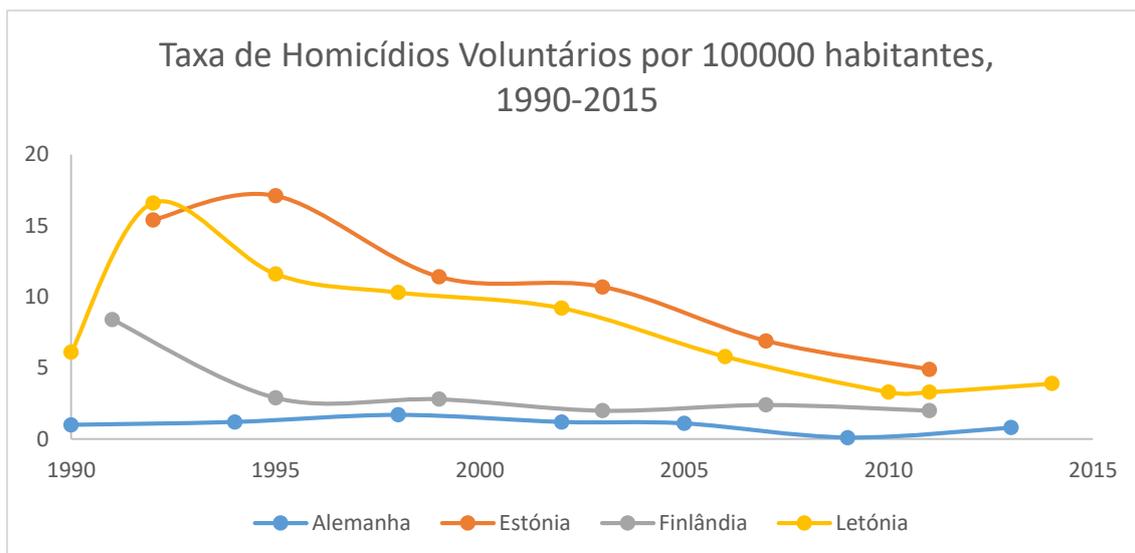
Fonte: Criado pelo autor com base no software estatístico STATA e nos dados obtidos do Eurostat, Worldbank e AMECO

Podemos constatar que a taxa de desemprego tem tido uma tendência de crescimento em quase todos os países aqui representados, exceto a Alemanha, a Polónia, o Reino Unido, a Bulgária e a Irlanda que inclusive têm conseguido diminuir a sua taxa de desemprego. No entanto, esta continua a ser particularmente elevada em países como a Grécia, Portugal, Chipre, Croácia, nos quais ela ultrapassa os 10%. Uma das explicações apresentadas nesta tese e na literatura revista anteriormente para o crescimento do populismo radical foi a deterioração das condições de vida das populações, traduzida por um aumento no desemprego devido sobretudo à crise económica e financeira. Assim, é testada a hipótese de que a taxa de desemprego afeta positivamente o voto em partidos populistas radicais de direita e de esquerda.

### 3.5. Criminalidade Violenta

Posteriormente, temos a taxa de homicídios voluntários por 100000 habitantes que mede os homicídios praticados de forma intencional, cujos dados foram retirados do worlbank, de 1995-2016 e da ICVS Crime Victimization Survey, de 1990-1994. Esta variável servirá nesta análise como proxy para a criminalidade violenta.

Gráfico 6. Taxa de Homicídios Voluntários por 100000 habitantes, 1990-2015



Fonte: Criado pelo autor com base nos dados obtidos pela ICVS: Crime Victimization Survey

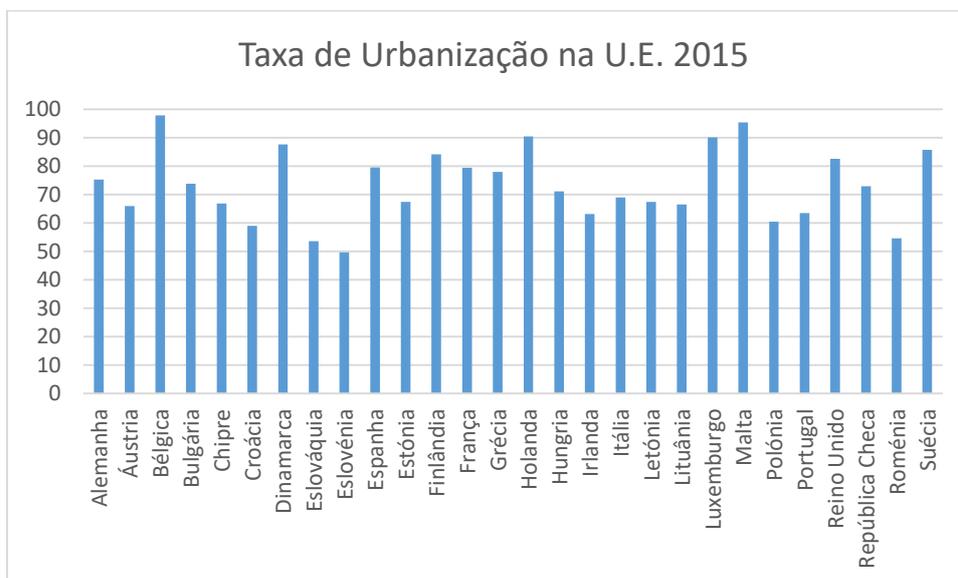
Como podemos observar mediante a análise do gráfico anterior, a taxa de homicídios voluntários por 100000 habitantes tem vindo a diminuir na generalidade dos países da U.E., exceto no período de 1990 a 1995.

Nesta tese interessa-me aferir a relação ou a sua ausência entre a criminalidade sobre o populismo radical. Para esse efeito postulo que a criminalidade poderá ter um efeito não só nos partidos populistas de direita, como também nos de esquerda. Como tal testo a hipótese de que a criminalidade está positivamente correlacionada com o voto em partidos populistas radicais em geral.

### 3.6. Urbanização

Segue-se a taxa de urbanização cujos dados foram retirados das bases de dados da pordata e do worldbank. O gráfico seguinte apresenta as taxas de urbanização nos países da União Europeia em 2015.

Gráfico 7: Taxa de Urbanização na União Europeia em 2015



Fonte: Criado pelo autor com base nos dados do Worlbank e da Pordata

Verifica-se, de há uns anos para cá, uma crescente afluência da população para as cidades e, por conseguinte, o aumento quase generalizado da taxa de urbanização, exceto em países como a Eslováquia, Estónia, Letónia e Roménia que ainda apresentam, graus de urbanização relativamente modestos, sobretudo quando comparados com os restantes países da União Europeia. A modernização das sociedades, aqui captada pela taxa de urbanização e consequentemente a existência de perdedores da modernização (Betz 1994 e Collignon e Serrano 2007, entre outros) é uma das razões apontadas para crescimento do populismo radical que se tem verificado na Europa nas últimas décadas.

Como tal, testo a hipótese nula que se segue:

Os eleitores que não estão integrados em comunidades estão mais expostos à retórica dos partidos radicais, ou seja, a taxa de urbanização e por conseguinte a modernização têm um efeito negativo sobre o populismo radical.

### 3.7. Taxa de Participação eleitoral

Autores como Immerzeel e Pickup (2015), no plano teórico, e Finseras e Vernby (2014) e Stockemer (2017), através do método empírico, foram dos poucos que estudaram o efeito da taxa de participação eleitoral, medida através do rácio entre o total de votos e o total de eleitores para cada eleição, no populismo radical. No entanto, encontraram efeitos antagónicos. Uma vez que não existe consenso na literatura empírica acerca do

efeito do turnout no populismo radical, um dos objetivos é precisamente esse, i.e., verificar o impacto da participação nas eleições no voto em populistas radicais.

Sendo assim testar a seguinte hipótese:

A taxa de participação eleitoral produz um impacto significativo positivo ou negativo sobre o voto em partidos populistas radicais (Efeito  $\neq 0$ )

### **3.8. Perceção da Corrupção**

Segundo Melgar et al (2010), a corrupção diz respeito ao uso indevido de um cargo público com o objetivo de obter ganhos privados. A corrupção tem um efeito nefasto sobre a eficiência dos governos com impacto negativo sobre o investimento direto estrangeiro e o crescimento do PIB, bem como o investimento em educação (Mauro 1995, Mauro 1998). Um dos objetivos desta tese será determinar o efeito da perceção da corrupção sobre o populismo radical. Nela, vou usar o índice de perceção da corrupção no setor público publicado anualmente pela transparency internacional como proxy para medir a corrupção efetiva.

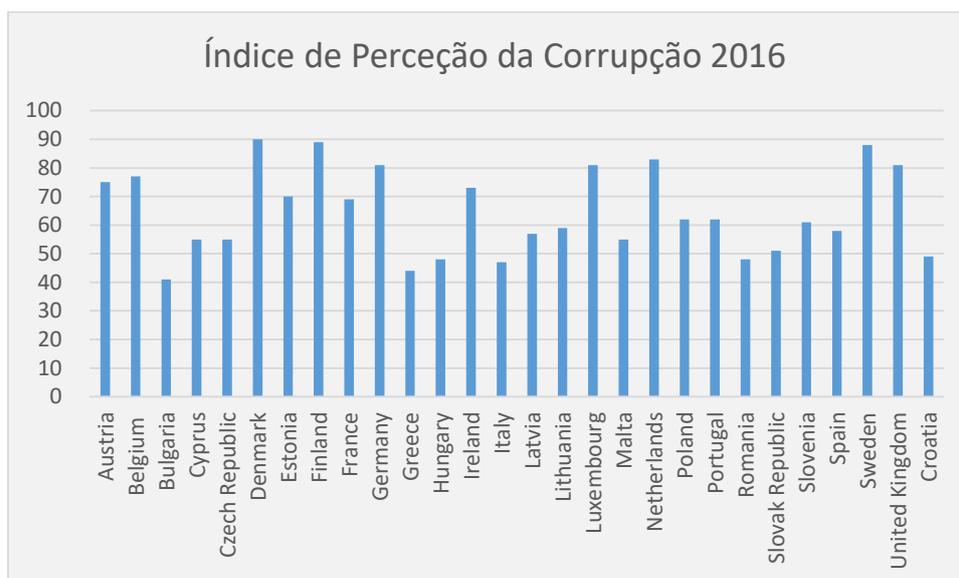
O índice de perceção da corrupção reflete as opiniões da população acerca da corrupção no seu país. De acordo com este índice, os países são classificados de 0 a 100, sendo que quanto mais elevado for este número, menos corrupto é o país aos olhos da sua população. Faz sentido analisar o efeito deste índice sobre o populismo, uma vez que, cada vez mais, líderes populistas surgem com a promessa de acabar com a corrupção que, do ponto de vista da população, assola o país.

Porém, é de referir que este índice não reflete o verdadeiro nível de corrupção de cada país, pois países com índices elevados de perceção da corrupção, como a Dinamarca e a Alemanha, tendem a ter mais informação acerca das despesas do Estado, bem como detentores de cargos políticos mais íntegros, entre outros. Por outro lado, países com índices mais baixos de perceção da corrupção como a Bulgária e a Itália tendem a ser assolados por mau funcionamento do setor público onde impera a interação do poder político com o poder financeiro e, em alguns casos a elite criminosa.

Entenda-se que perceções corretas acerca da corrupção são fundamentais para o combate à mesma por parte das instituições políticas (Olken 2007).

No Gráfico que se segue está ilustrado o índice de perceção da corrupção para os países da União Europeia.

Gráfico 8: Índice de Perceção da Corrupção



Fonte: Criado pelo autor tendo por base dados da Transparency International

Este gráfico demonstra a perceção da corrupção nos países da União Europeia em 2016. Como podemos constatar, os países da Europa Ocidental apresentam índices de perceção da corrupção mais elevados, i.e., os menos corruptos, entre os quais se destacam os países nórdicos, com a Dinamarca a ocupar o primeiro lugar neste índice, seguida de perto pela Finlândia e posteriormente pela Suécia. Numa posição intermédia, aparecem os países do Sul da Europa como Portugal, Espanha e Itália, para além de alguns países da Europa de Leste como a Hungria, a República Checa e a Polónia, entre outros. Por fim aparecem a Bulgária, a Grécia e a Croácia como os países mais corruptos. Mediante o referido anteriormente, a hipótese a ser testada acerca do efeito da perceção da corrupção sobre o populismo radical pode ser enunciada nestes termos: A melhoria no Índice de perceção da corrupção leva a uma diminuição do voto em partidos populistas radicais.

### 3.9. População Estrangeira

Neste caso é usada a percentagem de população nascida no estrangeiro, seguindo Golder (2003) que usa este indicador em vez da taxa de imigração anual para analisar as determinantes do voto em partidos populistas radicais de direita.

A percentagem da população nascida no estrangeiro, tendo por base dados do Eurostat, Salt e Almeida (2006), OCDE e uma série de estimativas da base de dados das Nações

Unidas, é outra das variáveis escolhidas para explicar o crescimento deste tipo de partidos. Este indicador torna-se relevante para explicar o populismo, pois alguns partidos populistas radicais de direita culpam os imigrantes por todos os problemas que afetam a população (Funke et al (2015). Estes são vistos não só como uma afronta à cultura nacional tradicional, mas também uma ameaça à segurança nacional (Liang 2016). Para além disso, é uma das explicações já apresentadas anteriormente para o crescente voto em partidos populistas radicais de direita por Norris (2005) e Mudde (2007). Assim, é testada a seguinte hipótese:

Os indivíduos que estão dependentes de benefícios sociais vêem estes imigrantes como oportunistas que vêm apropriar-se dos subsídios sem para eles terem contribuído e, como tal tendem a votar em partidos tradicionalmente anti-imigração, pelo que uma maior percentagem de população estrangeira é geralmente acompanhada por um aumento do voto em partidos populistas radicais de direita.

### **3.10. Crise Económica e financeira**

A crise financeira de 2008 em diante é um dos fatores levados em conta nesta análise, uma vez que tem sido usada para explicar o populismo radical por vários autores como De Bromhead et al (2013), Klapsis (2014) Funke et al (2015), Beaudonnet e Gomez (2015), Doletžalová (2015), Kriesi e Pappas (2015).

Sendo assim, testo a hipótese que a crise financeira foi acompanhada por uma crise política que se traduziu num aumento dos votos dos partidos populistas radicais.

## 4. Metodologia econométrica

A investigação empírica baseia-se num dos modelos usados por Aguiar-Conraria e Magalhães (2010), nomeadamente na transformação da variável dependente que foi realizada para os modelos utilizados em seguida.

Irei utilizar três modelos, um para cada tipo de partido populista que pretendem explicar o aparente crescimento destes partidos na Europa. Dada a existência de um grande número de categorias (N) e de anos (T), as regressões serão feitas por dados em painel. Após efetuar um Teste de Hausman e mediante a rejeição da hipótese nula de que o termo de erro não está correlacionado com as variáveis explicativas, tal implica que a estimação dos parâmetros por efeitos aleatórios será enviesada e inconsistente, pelo que devem ser usados os efeitos fixos.

Como tal, para os partidos populistas em geral irei usar o seguinte modelo que será, como todos os outros, estimado por efeitos fixos.

$$\log\left(\frac{POP_{it}}{100-POP_{it}}\right) = \alpha + \beta_1 \log DEM_{it} + \beta_2 \Delta PIB_{it} + \beta_3 TH_{it} + \beta_4 TU_{it} + \beta_5 WF_{it} + \beta_6 PC_{it} \quad (1)$$
$$+ \mu_i + v_{it}$$

onde  $POP_{it}$  representa a percentagem de votos em partidos populistas radicais para o país  $i$  no ano  $t$  ( $i = 1, \dots, N$ ;  $t = 1, \dots, T$ )  $\log DEM$  é o logaritmo da duração da democracia, em anos,  $\Delta PIB_{it}$  representa a taxa de crescimento do PIB real, “TH” refere-se à taxa de homicídios, “TU” representa a taxa de Urbanização, “WF” diz respeito às despesas com prestações sociais em percentagem do PIB e “PC” representa o índice de perceção da corrupção. Finalmente,  $\mu_i$  são efeitos fixos específicos para cada país e  $v_{it}$  é o termo de perturbação idiosincrático. A variável dependente é a percentagem de votos obtida pelos partidos populistas, no entanto, a estimação de uma proporção num modelo linear tende a gerar resultados sem sentido para valores extremos das variáveis explicativas (Baum 2008) quando usamos um método de estimação por efeitos fixos. Como tal, podemos fazer uma transformação logística tal que

$$0 < POP_{it} < 100 \Rightarrow -\infty < \log\left(\frac{POP_{it}}{100-POP_{it}}\right) < +\infty$$

Para além desta regressão apresento, também as regressões para os partidos populistas de direita e de esquerda, sendo que para o populismo de esquerda temos

$$\log\left(\frac{ESQ_{it}}{100-ESQ_{it}}\right) = \alpha + \beta_1 \log DEM_{it} + \beta_2 \Delta PIB_{it} + \beta_3 TU_{it} + \beta_4 PE_{it} + \beta_5 DE_{it} + \beta_6 AC_{it} \quad (2)$$
$$+ \epsilon_i + \omega_{it}$$

onde  $ESQ_{it}$  representa a variável dependente, que foi transformada de acordo com o descrito anteriormente, i.e., a percentagem de voto obtida pelos partidos populistas de esquerda para o país  $i$  no ano  $t$  ( $i = 1, \dots, N; t = 1, \dots, T$ ),  $\log DEM$  é o logaritmo da duração da democracia, em anos,  $\Delta PIB_{it}$  representa a taxa de crescimento do PIB real, “TU” representa a taxa de Urbanização, “PE” diz respeito à Taxa de participação eleitoral calculada conforme descrito na secção dados, “DE” representa a taxa de desemprego total e “AC” é uma variável dummy que toma o valor 1 para captar os anos após a crise económica e financeira, i.e., depois de 2007 e 0 caso contrário. Finalmente,  $\epsilon_i$  são efeitos fixos específicos para cada país e  $\omega_{it}$  é o termo de perturbação idiossincrático.

$$\log\left(\frac{DIR_{it}}{100-DIR_{it}}\right) = \alpha + \beta_1 \log DEM_{it} + \beta_2 \Delta PIB_{it} + \beta_3 TU_{it} + \beta_4 PC_{it} + \beta_5 PE_{it} + \beta_6 DE_{it} + \beta_7 ANO_{it} + \beta_8 IM_{it} + \beta_9 AC_{it} + \delta_i + \theta_{it} \quad (3)$$

onde  $DIR_{it}$  representa a variável explicada que, tal como o que foi feito para o populismo em geral e de esquerda, sofreu uma transformação logística nos termos já descritos, i.e, a percentagem de votos obtida pelos partidos populistas de direita para o país  $i$  no ano  $t$  ( $i = 1, \dots, N; t = 1, \dots, T$ )  $\log DEM$  é o logaritmo da duração da democracia, em anos,  $\Delta PIB_{it}$  refere-se à taxa de crescimento do PIB real, “TU” representa a taxa de Urbanização, “PC” diz respeito ao índice de perceção da corrupção, “PE” respeita à Taxa de participação eleitoral, “DE” representa a taxa de desemprego total e “AC” é uma variável dummy que toma o valor 1 para captar os anos da crise económica e financeira, i.e., após 2007 e 0 caso contrário, ou seja definida nos mesmos moldes que na regressão efetuada para os partidos populistas de esquerda. Para concluir,  $\delta_i$  são efeitos fixos específicos para cada país e  $\theta_{it}$  é o termo de perturbação idiossincrático.

## 5. Resultados das Regressões

**Tabela 3. Resultados das regressões efetuadas sobre o populismo radical<sup>1</sup>**

	Populismo em geral	Populismo de Esquerda	Populismo de direita
Duração da Democracia	-0.0607 (-0.77)	-0.528** (-2.73)	-1.773* (1.86)
Taxa de Crescimento real do PIB	-0.0331* (-1.77)	-0.0243 (-0.91)	0.0336 (-0.90)
Homicídio	-0.108*** (-3.38)		
Urbanização	0.109*** (3.59)	0.0356 (0.72)	0.0990 (1.22)
Welfare	-0.0161 (-0.42)		
Perc. Corrupção	-0.0259*** (-3.37)		-0.049** (-2.22)
Participação Eleitoral		-0.0307*** (-3.10)	0.00630 (0.26)
Desemprego		0.0449*** (2.85)	-0.110** (-2.25)
Ano			0.0762 (1.43)
Imigrantes			-0.0367 (-0.53)
Pós-Crise		0.231 (1.03)	0.401 (1.20)
Constante	-7.911*** (-3.76)	-2.738 (-0.68)	-153.7 (-1.53)
N	121	185	132

<sup>1</sup> Estatísticas t dentro de parênteses \*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.10. Cada entrada nesta tabela advém de uma regressão, de três distintas, onde a variável explicada (linha1) depende das diferentes variáveis explicativas (Coluna1). N representa as observações para cada modelo.

## 6. Discussão dos Resultados

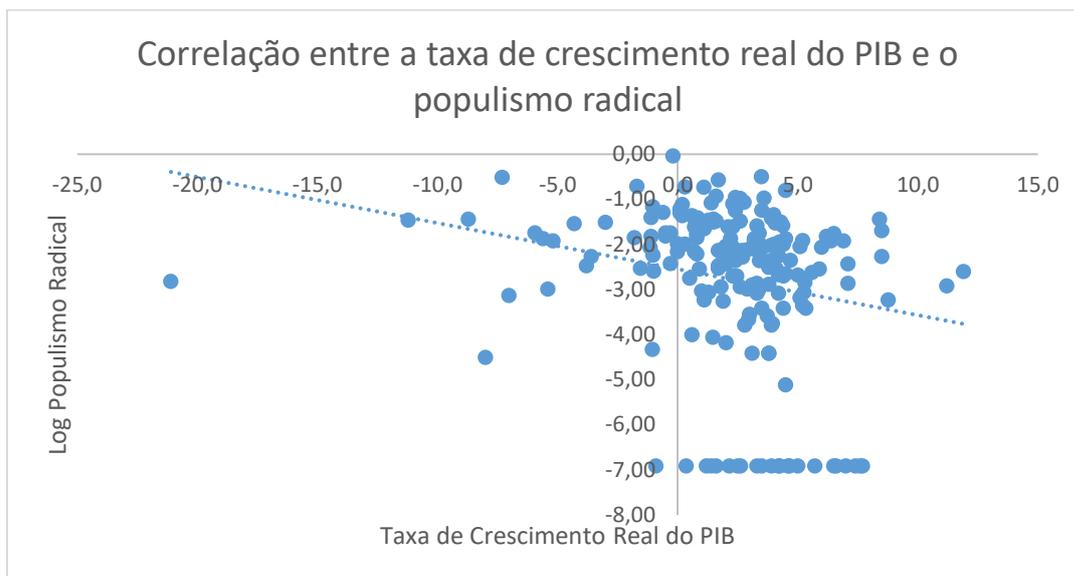
Em seguida, são ilustradas as relações entre as variáveis que conseguiram explicar a variável dependente num ou mais dos três modelos utilizados para o populismo radical. São elas a duração da democracia, a taxa de crescimento real do PIB, a taxa de homicídios por cem mil habitantes, a taxa de urbanização, o índice de percepção da corrupção, a taxa de participação eleitoral e a taxa de desemprego. Para além disso são discutidas as implicações destes resultados quer para a literatura quer para a investigação nesta área, bem como as eventuais limitações desta tese e são posteriormente apresentados possíveis métodos de pesquisa futura para aprofundar esta discussão.

A hipótese apresentada veiculava a existência de uma correlação negativa entre ambos os tipos de populismo radical com a duração da democracia. O resultado obtido no capítulo anterior vai de encontro ao descoberto por De Bromhead et al (2013) que constatou que o apoio a partidos extremistas de direita foi maior em países com curtas histórias de democracia.

Ao considerarmos a relação entre o crescimento do PIB e o populismo verificamos que o apoio a partidos populistas radicais foi superior em países cuja taxa de crescimento real do PIB foi menor, o que vai de encontro ao descoberto por Brückner e Grüner (2016). No entanto, não foram encontrados efeitos para cada tipo de partido populista.

No gráfico seguinte apresento a relação entre a taxa de crescimento real do PIB e o populismo radical.

Gráfico 9: Correlação entre a taxa de crescimento real do PIB e o populismo radical

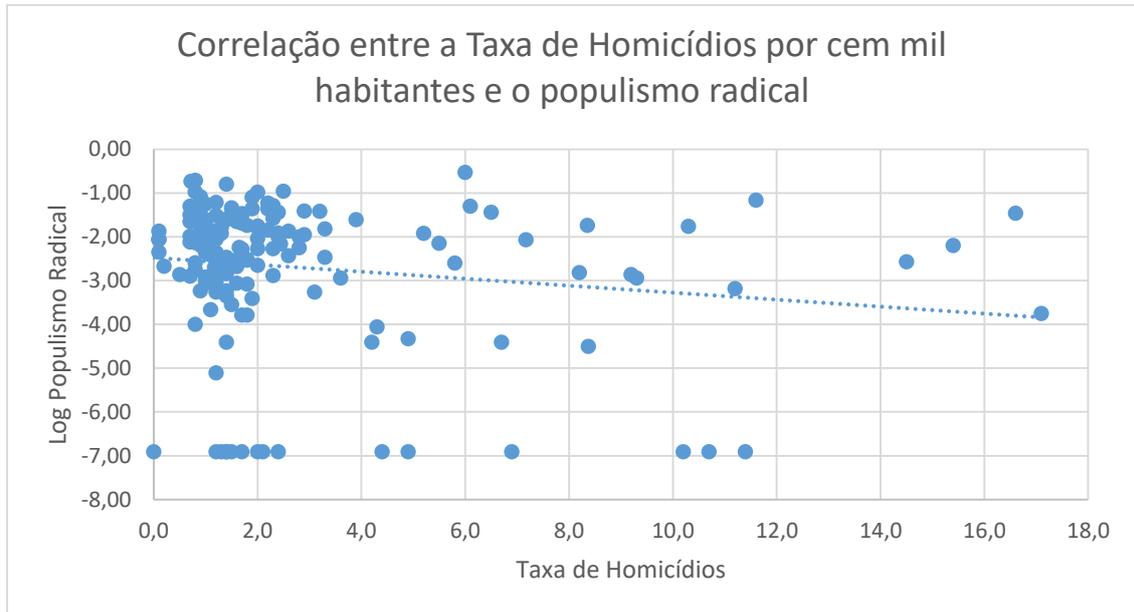


Fonte: Criado pelo autor com base nos dados do Eurostat, Pordata e Worldbank

Mediante a análise deste gráfico, podemos constatar que se verifica uma relação negativa entre a taxa de crescimento do PIB real e o populismo radical, sendo que a linha de tendência linear está a tracejado. No entanto esta relação aparenta ser bastante fraca pois apenas é significativa a 10%. Ainda assim, estes resultados dão ênfase à hipótese que o crescimento do produto é acompanhado por uma diminuição da percentagem de votos obtida pelos populistas e, por conseguinte, a quebra no produto que se tem verificado de uns anos para cá está também associada a um crescimento da representação política dos partidos populistas radicais.

No gráfico 10, é descrita a relação entre o populismo radical e a taxa de homicídios por cem mil habitantes.

Gráfico 10: Correlação entre a Taxa de Homicídios por cem mil habitantes e o populismo radical



Fonte: Criado pelo autor tendo por base os dados da ICVS Crime Survey

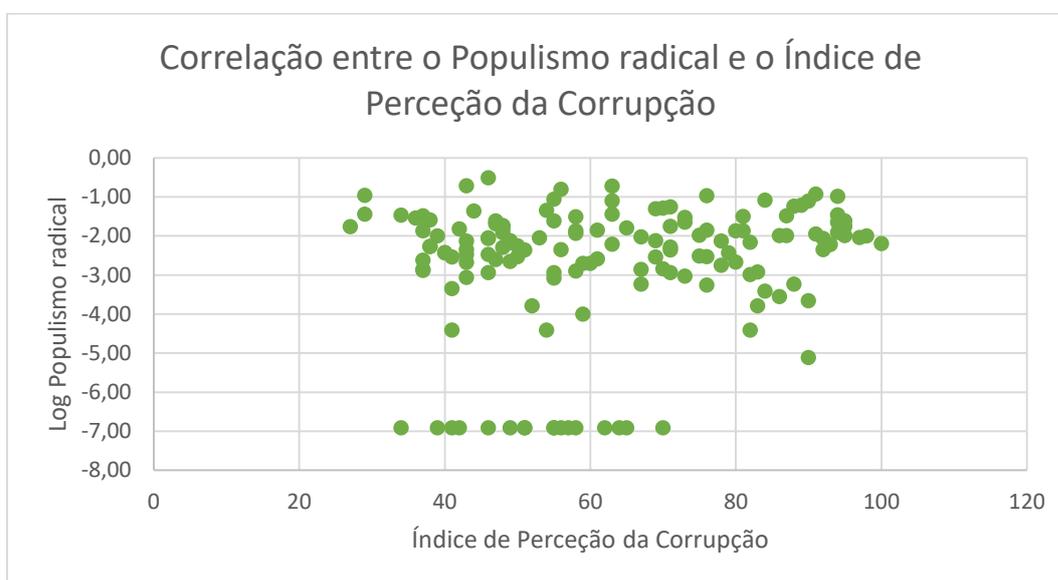
Quanto aos resultados da regressão efetuada para os partidos populistas em geral, a taxa de homicídios voluntários por cem mil habitantes aparece com sinal contrário ao esperado, isto é, foi encontrada uma correlação negativa entre a taxa de homicídios voluntários por cem mil habitantes e a percentagem de votos em partidos populistas radicais.

Sendo assim, este resultado vai contra o obtido por Smith (2010) e Dinas e van Spange (2011) que encontraram uma relação positiva entre o crime e a direita populista radical e ainda Rotte e Steininger (2008) que não encontraram qualquer relação significativa entre estas variáveis.

Em seguida, discuto os resultados obtidos para a taxa de urbanização.

De acordo com a tabela de resultados apresentada anteriormente, verifica-se uma correlação positiva entre a taxa de urbanização e o populismo radical, dando suporte à teoria dos perdedores da modernização e à nossa hipótese. Este diverge do resultado a que chegaram Lamontagne e Stockemer (2010) e Stockemer (2017) que consistiu numa relação negativa fraca entre a Taxa de urbanização e o populismo radical de direita. Outra variável que assume particular destaque nesta análise é a corrupção, mais concretamente o índice de perceção da corrupção. Em seguida, no gráfico 11, apresento a relação entre este índice e o apoio dado ao populismo radical de direita.

Gráfico 11: Correlação entre o Populismo radical e o Índice de Perceção da Corrupção

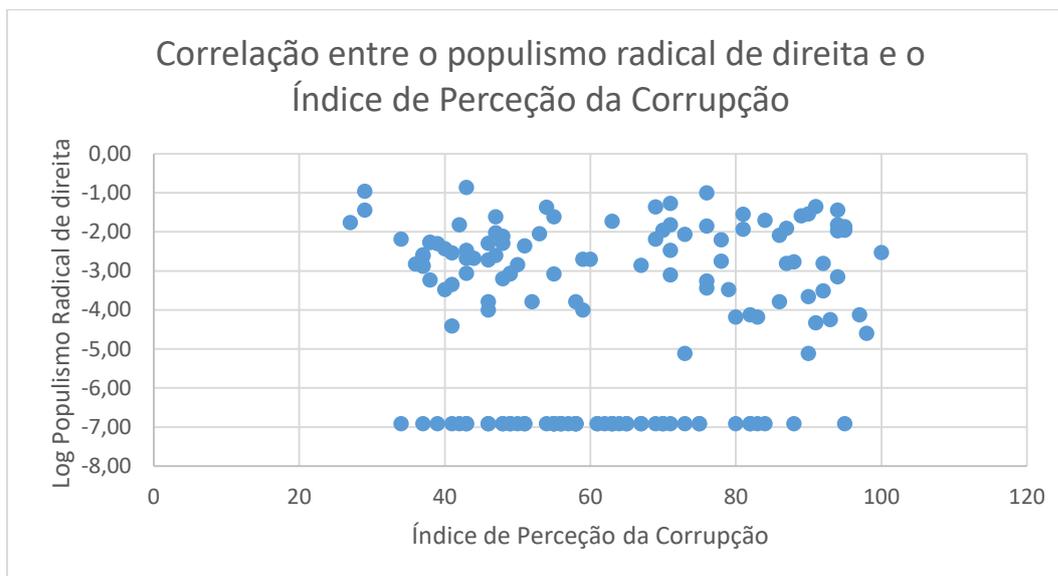


Fonte: Criado pelo autor com base nos dados da Transparency International

Sendo assim, podemos aferir que, no caso dos partidos populistas em geral, o Índice de perceção da Corrupção é estatisticamente significativo com nível de significância de 1%. Se, a título de exemplo, calcularmos os efeitos marginais constatamos que o aumento de 1 ponto neste índice, ou seja, a melhoria do país quanto às perceções da corrupção efetiva leva, em média, mantendo tudo o resto constante, a um decréscimo de 0,2% na percentagem de votos obtida pelos partidos populistas.

Se olharmos apenas para o populismo radical de direita verificamos um efeito um pouco mais pronunciado, como podemos ver no gráfico 12 i.e., em média, o aumento de 1 ponto no Índice de Perceção da Corrupção está associado a um decréscimo de 0,44% no voto arrecadado pelos partidos populistas de direita.

Gráfico 12: Correlação entre o Populismo radical de direita e o Índice de Percepção da Corrupção



Fonte: Criado pelo autor com base nos dados da Transparency International

Esta correlação negativa entre a percepção da corrupção e o populismo radical em geral e do populismo de direita em particular, aponta para a existência de uma correlação positiva entre a corrupção efetiva e o populismo radical que vai ao encontro do descoberto por Veugelers e Magnan (2005), dando suporte à hipótese apresentada que apontava para uma existência de correlação negativa entre a percepção da corrupção e o populismo radical.

Em seguida é descrita a correlação existente entre a taxa de participação eleitoral e o populismo radical de esquerda.

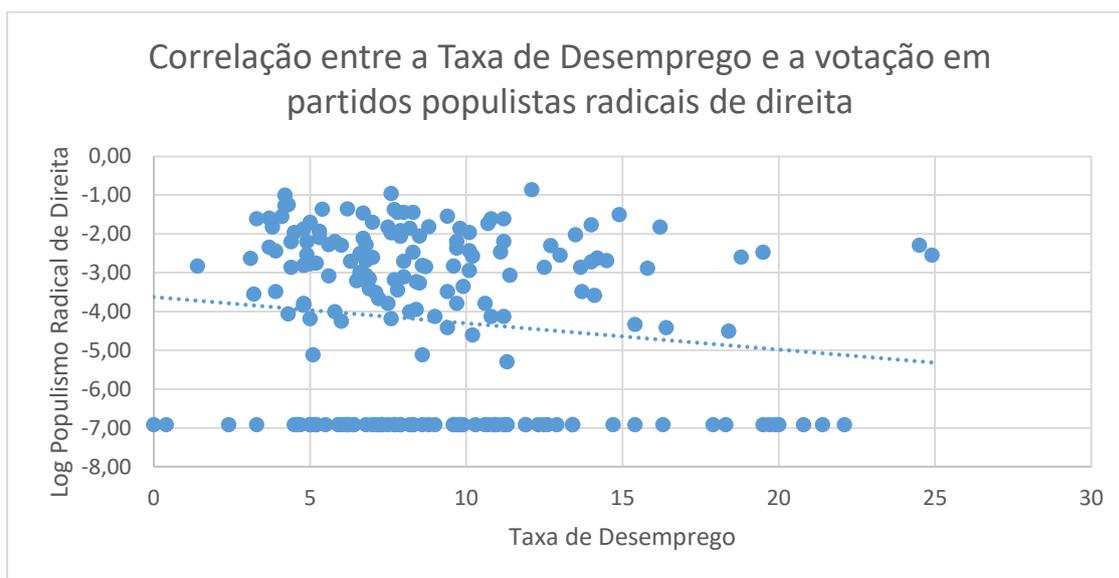
Olhando para os resultados das regressões apresentados no capítulo anterior, verificamos que existe uma correlação, ainda que ténue, negativa entre a taxa de participação eleitoral e o populismo radical de esquerda que não deixa de ser interessante uma vez que revela que a insatisfação com a democracia, o que leva a taxas de participação mais baixas, está relacionada com o aumento do populismo radical de esquerda. Este resultado coaduna-se com a hipótese apresentada relativa à existência de relação significativa entre o populismo radical e a participação eleitoral.

Adicionalmente, este resultado é suportado por Finseraas e Vernby (2014) que usou o método das variáveis instrumentais para estudar a relação entre a participação eleitoral e os resultados das eleições na Noruega. Por outro lado, March e Rommerskirchen (2015)

e Stockemer (2017), não encontraram qualquer efeito da participação eleitoral no voto nestes partidos.

Por fim, a taxa de desemprego parece estar correlacionada tanto com o populismo radical de direita como com o de esquerda, mas com sinais diferentes. A primeira destas correlações é apresentada no gráfico 13.

Gráfico 13: Correlação entre a Taxa de Desemprego e a votação em partidos populistas radicais de direita



Fonte: Criado pelo autor com base nos dados do Eurostat, Worldbank e AMECO

Relativamente à regressão feita para os partidos populistas de direita, constato que, contrariamente ao esperado, à hipótese apresentada e aos resultados para a Europa Ocidental de Jackman e Volpert (1996) e Arzheimer e Carter (2006), a taxa de desemprego está negativamente correlacionada com o voto neste tipo de partidos o que vai de encontro aos resultados obtidos por Arzheimer (2009) e Stoyanova (2016). Este resultado também foi suportado por Knigge (1998) e por Stockemer (2017) sendo que o primeiro também concluiu que este resultado contradiz o senso comum, sobretudo se considerarmos a ideia frequentemente veiculada na literatura de que as condições económicas afetam o voto.

Quanto à regressão efetuada para os partidos populistas de esquerda, foi obtido um resultado dentro do esperado, isto é a evidência de uma relação positiva entre a taxa de desemprego e o voto neste tipo de partidos, uma vez que os eleitores dos partidos mais

à esquerda tendem a valorizar mais o desemprego e como tal, não surpreende que o aumento do desemprego esteja relacionado com o incremento do voto em partidos populistas radicais de esquerda, dando suporte à hipótese apresentada. Este resultado também foi replicado por Doletžalová (2015) no seu estudo sobre o impacto da Grande Recessão nos votos obtidos pelos partidos populistas de esquerda.

Um dos resultados mais surpreendentes foi a percentagem de imigrantes não contribuir de forma significativa para o populismo radical de direita e aparecer com o sinal contrário ao esperado, isto é, verifica-se uma correlação negativa entre a percentagem de população estrangeira e o voto em partidos populistas de direita. Golder (2003) apresenta uma possível explicação para esta aparente contradição com a literatura recente que se prende com a não diferenciação, neste estudo, entre partidos populistas radicais e partidos neofascistas na regressão efetuada para os partidos populistas de direita. Outro aspeto que não considere mas que pode ser relevante é a educação dos imigrantes que, de acordo com Halla et al (2015) pode afetar de diversas formas o populismo radical. A convivência com imigrantes pode ter o efeito inverso, isto é pode reforçar laços entre comunidades e culturas diferentes, minimizando a xenofobia e, dessa forma, reduzindo a probabilidade de voto nos populistas de direita. Resumindo, não nos é possível rejeitar a hipótese nula da ausência de correlação entre a imigração e o populismo radical de direita.

Seguindo esta linha de raciocínio, era de esperar um efeito da proteção social sobre o populismo que não se verificou nesta análise. Por exemplo, Swank e Betz (2003), no seu estudo sobre os resultados dos partidos populistas de direita na Europa Ocidental, constataram que a proteção social está negativamente relacionada com o voto neste tipo de partidos. Embora tenha encontrado um efeito negativo da proteção social no populismo radical, este não é significativo, pelo que me é impossível rejeitar a hipótese nula da inexistência de relação entre a despesa com proteção social e o populismo radical.

Estes resultados reforçam a ideia de que as condições macroeconómicas adversas se traduzem em ganhos ao nível do voto para partidos mais pequenos, neste caso os partidos populistas radicais (Freire e Santana-Pereira 2012), com a taxa de crescimento do PIB real e sobretudo a taxa de desemprego a serem importantes para a análise do

populismo radical, como era previsto. Para além do mais, a crise económica e financeira de 2008 teve um efeito positivo sobre o populismo radical, quer de direita quer de esquerda, o que se enquadra com a hipótese delineada, no entanto este não é significativo em nenhum dos casos, resultado este que difere do encontrado por De Bromhead et al (2013), Klapsis (2014) e Funke et al (2015) para o populismo de direita e Doletžalová (2015) e Beaudonnet e Gomez (2015) para o de esquerda.

Adicionalmente, não só as variáveis económicas, mas também as de índole socio cultural estão relacionadas com o populismo radical, com a perceção da corrupção, a maturidade da democracia e a modernização das sociedades a aparecerem como relevantes para explicar o fenómeno do populismo radical. Apesar dos resultados encontrados, esta tese tem algumas limitações. Os modelos aqui implementados são feitos para analisar as determinantes socioeconómicas do populismo radical no período já referido mas não nos permitem retirar conclusões sobre as características de cada distrito de cada país, isto é, não nos possibilita uma análise local do populismo radical. Por outro lado, e embora se considerem os partidos populistas radicais, não é dado o relevo a organizações apartidárias desta índole que, apesar de importantes particularmente na Europa de Leste, são bastante mais difíceis de medir (Mudde 2005).

## 7. Conclusão

O populismo radical de esquerda e sobretudo o populismo radical de direita manifestam-se cada vez mais como forças políticas em crescendo no contexto da sociedade atual. Recentemente, ganhos eleitorais por parte dos partidos da direita populista em países como a França, a Hungria e a Alemanha, bem como o referendo para a saída do Reino Unido da União Europeia, cuja base de apoio pertencia em parte a um partido populista de direita e também, os resultados positivos da esquerda populista na Grécia, Portugal e Espanha, por exemplo, têm suscitado preocupação no seio da Europa. No entanto, este fenómeno estende-se também aos Estados Unidos que recentemente elegeu um presidente cuja retórica se encaixa nos moldes do populismo. Esta tese tinha vários objetivos, sendo o principal aferir as determinantes económicas e sociais do aumento comprovado do populismo radical de direita e de esquerda na União Europeia. Para tal, foram definidas e aprofundadas as teorias sobre o voto e, sobretudo, sobre o voto nos partidos populistas.

Foram estudados dois modelos teóricos sobre o voto, para compreender de que forma os eleitores decidem se e em quem votam e, adicionalmente, perceber de que forma a estrutura do parlamento pode viabilizar a existência de partidos populistas radicais. Posteriormente, foram apresentadas com mais detalhe as variáveis mais relevantes para o estudo e a sua evolução para o período em análise. Seguiu-se a metodologia econométrica, na qual elaboramos três modelos para medir o impacto das variáveis socioeconómicas, como a taxa de desemprego, o crescimento do PIB e a percentagem de imigrantes, entre outros, na percentagem de votos obtida pelos diversos partidos populistas radicais dos 28 estados-membros da União Europeia.

Os resultados obtidos demonstram a existência de relações significativas entre as variáveis económicas e sociais e a percentagem de votos em partidos populistas radicais. Constatamos que as nossas previsões foram acertadas para a taxa de desemprego e para o seu impacto na votação em partidos populistas de esquerda, isto é, verificou-se a existência de uma correlação positiva entre a taxa de desemprego e o voto em partidos populistas de esquerda que se coaduna com os resultados obtidos pela quase totalidade dos autores dos artigos analisados, quer isto dizer que a população desempregada tende a votar mais em partidos populistas radicais de esquerda.

Para além deste resultado, foram encontrados efeitos previsíveis para a taxa de crescimento do PIB real, para a duração da democracia e para o Índice de Perceção da Corrupção.

Contudo, chegamos a alguns resultados inesperados como, por exemplo, a constatação de uma correlação com o sinal contrário ao esperado para a taxa de urbanização, contrariando a teoria dos perdedores da modernização de Betz (1994) e a correlação negativa entre a taxa de homicídios e o populismo de direita, a inexistência de correlação entre a imigração e o populismo de direita que, de certa forma, contraria os argumentos e a retórica anti-imigração desses partidos. Adicionalmente, verificou-se a ausência de impacto significativo da despesa com proteção social em percentagem do PIB no voto obtido pelos partidos populistas em geral. Por outro lado, a inexistência de correlação entre a imigração e o populismo de direita que, de certa forma, contraria quase toda a literatura sobre o tema e sobretudo a inexistência de uma relação significativa entre a crise financeira e o populismo foram as maiores surpresas que retiramos desta tese. Finalmente, foi observada uma relação antagónica entre a taxa de participação eleitoral e o voto nestes partidos o que não deixa de ser curioso.

Estes resultados reforçam a ideia de que as condições macroeconómicas adversas foram responsáveis pelos recentes ganhos ao nível do voto para partidos mais pequenos, neste caso os partidos populistas radicais (Freire e Santana-Pereira 2012). No entanto, outros condicionalismos de índole socio cultural, como a modernização das sociedades e a diminuição da criminalidade violenta, assim como o agravamento, na maior parte dos países do Índice de Perceção da Corrupção contribuíram também para a proliferação destes partidos desde 1990 a 2016.

Assim, e para pesquisa futura e para clarificar os resultados obtidos, poderá ser feito um modelo que tenha em conta não só ambos os tipos de partidos populistas, como também leve em conta as características individuais e coletivas da população que possam contribuir para esta mudança de preferências para o populismo radical.

## 8. Referências Bibliográficas

- [1] Aguiar-Conraria, L. F. e Magalhães, P.C. (2010). Referendum design, quorum rules and turnout. *Public Choice* 144: 63–81;
- [2] AMECO, em <http://ec.europa.eu/economyfinance/ameco/user/serie/SelectSerie.cfm>
- [3] Arnorsson, A. e Zoega, G. (2016). On the causes of Brexit. *CESifo Working Paper Series No. 6056*;
- [4] Arzheimer, K. (2009). Contextual Factors and the Extreme Right Vote in Western Europe, 1980-2002. *American Journal of Political Science*, Vol. 53, No. 2, 259-275;
- [5] Arzheimer, K. e Carter, E. (2006). Political opportunity structures and right-wing extremist party success. *European Journal of Political Research* 45: 419-443;
- [6] Baum, C. F. (2008). Stata tip 63: Modeling proportions. *Stata Journal*, 8(2), p. 299.;
- [7] Beaudonnet, L. e Gomez, R. (2015). Red Europe versus No Europe? The Impact of the Economic Crisis on Radical Left Voting. ECPR General Conference 2015 Montréal;
- [8] Bertrand, J. (1883). Book review of *theorie mathematique de la richesse sociale* and of *recherches sur les principes mathematiques de la theorie des richesses*. *Journal de Savants* 67: 499-508;
- [9] Betz, H. G. (1994). *Radical right-wing populism in Western Europe*. Springer;
- [10] Bowyer, B. (2008). Local context and extreme right support in England: The British National Party in the 2002 and 2003 local elections. *Electoral Studies*, 27(4), 611-620;
- [11] Brooks, C. (2eds) (2008). *Introductory Econometrics for Finance*. Cambridge University Press;
- [12] Brückner, M. e Grüner, H. P. (2010). Economic growth and the rise of political extremism: theory and evidence. *CEPR Discussion Paper No. DP7723*;
- [13] Brückner, M. e Grüner, Hans P. (2016). Growth and Extremism. *ANU Working Papers in Economics and Econometrics* 639;
- [14] Canovan, M. (1999). Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy. *Political Studies*, 47: 2-16.;
- [15] Chapin, W. D. (1997). Explaining the electoral success of the new right: The German case. *West European Politics*, 20:2, 53-72;
- [16] Coffé, H., Heyndels, B. e Vermeir, J. (2007). Fertile grounds for extreme right-wing parties: Explaining the Vlaams Blok's electoral success. *Electoral Studies*, 26(1), 142-155;

- [17] Collignon, S. e Serrano, O. (2007, May). The Political Economy of Right-Wing Populism and Euroscepticism in Switzerland. In *workshop/conference 'Changing institutions (in developed democracies), economics politics and welfare'* Ministère de la recherche, Paris;
- [18] Dados Nações Unidas (2017), em <http://data.un.org/>
- [19] Dados OCDE (2017), em <https://data.oecd.org/>
- [20] De Bromhead, A., Eichengreen, B. e O' Rourke, Kevin H. (2013). Political extremism in the 1920s and 1930s: Do German Lessons Generalize? *The Journal of Economic History / Volume 73 / Issue 02 / June 2013*, 371-406;
- [21] De Lang, S. L. e Art, D. (2011). Fortuyn versus Wilders: An agency-based approach to radical right party building. *West European Politics*, 34(6), 1229-1249;
- [22] Dinas, E. e van Spanje, J. (2011). Crime Story: The role of crime and immigration in the anti-immigration vote. *Electoral Studies* 30 (2011), 658–671;
- [23] Doletžalová, J. (2015). Economic crisis and growth in vote share for extreme left and extreme right parties. *Review of Economic Perspectives*, Vol. 15, Issue 3, 2015, 269-290;
- [24] Doležalová, J., Havlík, V., Slaný, A. e Vejvodová, P. (2017). Economic factors determining the electoral success of far-right and far-left parties in the EU countries. *Society and Economy*, 39(1), 27-48;
- [25] Downs, A. (1957). An Economic theory of Political action in a democracy. *The Journal of Political Economy*, Volume 65, Issue 2, 135-150;
- [26] Dunphy, R. e Bale, T. (2007). Red Flag Still Flying? Explaining AKEL – Cyprus's Communist Anomaly. *Party Politics*, VOL 13. No.3, 287-304;
- [27] Ellinas, A. A. (2013). The rise of Golden Dawn: The new face of the far right in Greece. *South European Society and Politics*, 18(4), 543-565.
- [28] Eurostat (2017), em <http://ec.europa.eu/eurostat>
- [29] Finseraas, H. e Vernby, K. (2014). A mixed blessing for the left? Early voting, turnout and election outcomes in Norway. *Electoral Studies*, 33, 278-291;
- [30] Freire, A. e Santana-Pereira, J. (2012). Economic voting in Portugal, 2002 – 2009. *Electoral Studies*, 31(3), 506-512;
- [31] Funke, M., Schularick, M. e Trebesch, C. (2015). Going to extremes: Politics after financial crisis, 1870-2014. *CESIFO WORKING PAPER NO. 5553*;

- [32] Golder, M. (2003). Explaining variation in the success of extreme right parties in Western Europe. *Comparative Political Studies*, 36(4), 432-466;
- [33] Grittersova, J., Indridason, I. H., Gregory, C. C. e Crespo, R. (2016). Austerity and niche parties: The electoral consequences of fiscal reforms. *Electoral Studies*, 42, 276-289;
- [34] Halla, M et al (2015). Immigration and far-right voting: New evidence. *VoxEU.org*, 29;
- [35] Hinich, M. J., Ledyard, J. O. e Ordeshook, P. C. (1973). A theory of electoral equilibrium: A spatial analysis based on the theory of games. *The Journal of Politics*, 35(1), 154-193;
- [36] Hooghe, L., Marks, G. e Wilson, C. J. (2002). Does left/right structure party positions on European integration? *Comparative political studies*, 35(8), 965-989.;
- [37] Hotelling, H. (1929). Stability in competition. *The economic journal*, 39(153), 41-57;
- [38] Hutter, S., Kriesi, H. e Vidal, G. Old versus New Politics. *Forthcoming in Party Politics*;
- [39] ICVS Crime Survey (2017), em <http://www.icpsr.umich.edu/icpsrweb/ICPSR/series/00175>;
- [40] Immerzeel, T. e Pickup, M. (2015). Populist radical right parties mobilizing ‘the people’? The role of populist radical right success in voter turnout. *Electoral Studies* 40 (2015) 347e360;
- [41] Inglehart, R. e Norris, P. (2016). Trump, Brexit, and the rise of Populism: Economic have-nots and cultural backlash. forthcoming;
- [42] Jackman, R. e Volpert, K. (1996). Conditions Favouring Parties of the Extreme Right in Western Europe. *British Journal of Political Science*, 26(4), 501-521;
- [43] Jackson, S. (2015). Political Extremism: A Non-Normative, Comparative Definition. 22nd International Conference of Europeanists. Ces, 2015;
- [44] Karácsony, G. e Róna, D. (2011). The Secret of Jobbik. Reasons behind the Rise of the Hungarian Radical Right. *Journal of East European & Asian Studies*, 2(1);
- [45] Kitschelt, H., (1995). *The Radical Right in Western Europe. A Comparative Analysis*. University of Michigan Press, Michigan;
- [46] Klapsis, A. (2014). Economic crisis and political extremism in Europe: from the 1930s to the present. *European View*, 13(2), 189-198;

- [47] Knigge, P. (1998). The ecological correlates of right-wing extremism in Western Europe. *European Journal of Political Research*, 34(2), 249-279;
- [48] Kriesi, H. (2012). The political consequences of the financial and economic crisis in Europe: Electoral punishment and popular protest. *Swiss Political Science Review*, 18(4), 518-522;
- [49] Kriesi, H. (2014). The Populist Challenge. *West European Politics*, 37:2, 361-378;
- [50] Kriesi, H. e Pappas, T. S. (Eds.). (2015). *European populism in the shadow of the great recession*. Colchester: Ecpr Press;
- [51] Lamontagne, B. e Stockemer, D. (2010). Pushed to the Edge: Determinants of Popular Support for Right Wing Extremism in Austria, Consultado em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1672102>;
- [52] Lewis-Beck, M. e Nadau, R. (2011). Economic Voting Theory: Testing New Dimensions. *Electoral Studies*;
- [53] Li, K. (2016). A Political Economy to Examine Brexit. *MPRA paper 74172*;
- [54] Liang, C. S. (Ed.). (2016) *Europe for the Europeans: The foreign and security policy of the populist radical right*. Routledge;
- [55] Lisi, M. (2016). U-Turn: The Portuguese Radical Left from Marginality to Government Support. *South European Society and Politics*, 21:4, 541-560;
- [56] Lubbers, M., Gijsberts, M. e Scheepers, P. (2002). Extreme right-wing voting in Western Europe. *European Journal of Political Research* 41: 345-378;
- [57] Lucassen, G. e Lubbers, M. (2012). Who fears what? Explaining far-right-wing preference in Europe by distinguishing perceived cultural and economic ethnic threats. *Comparative Political Studies*, 45(5), 547-574;
- [58] March, L. e Mudde, C. (2005). What's left of the radical left? The European radical left after 1989: Decline and mutation. *Comparative European Politics* 3(1): 23-49;
- [59] March, L. e Rommerskirchen, C. (2015). Out of left field? Explaining the variable electoral success of European radical left parties. *Party Politics Vol. 21(1)*, 40-53;
- [60] Mauro, P. (1995). Corruption and Growth. *Quarterly Journal of Economics* 110(3), 681-712;
- [61] Mauro, P. (1998). Corruption and the composition of government expenditure. *Journal of Public Economics* 69 (1998), 263-279;

- [62] Melgar, N., Rossi, M. e Smith, T. W. (2010). The perception of corruption. *International Journal of Public Opinion Research*, 22(1), 120-131.;
- [63] Ministério do Interior Francês (2017), em <http://www.interieur.gouv.fr>
- [64] Ministério do Interior Italiano (2017), em <http://elezionistorico.interno.it>
- [65] Minkenberg, M. (2002). The Radical Right in postsocialist central and eastern europe comparative observations and interpretations. *East European Politics and Societies*, 16(2), 335-362.;
- [66] Mudde, C. (2000). *The Ideology of the Extreme Right*. Manchester University Press, Manchester;
- [67] Mudde, C. (2004). The populist zeitgeist. *Government and opposition*, 39(4), 542-563;
- [68] Mudde, C. (2005). Racist extremism in Central and Eastern Europe. *East European Politics and Societies Volume: 19 issue: 2, page(s): 161-184*;
- [69] Mudde, C. (2007). *Populist radical right parties in Europe (Vol. 22, No. 8)*. Cambridge: Cambridge University Press.;
- [70] Mudde, C. (2016). Europe's Populist Surge: A Long Time in the Making. *Foreign Aff.*, 95, 25.;
- [71] Mueller, D. C. (2003). *Public choice III*;
- [72] New World Encyclopedia (2017), em <http://www.newworldencyclopedia.org>
- [73] Norris, P. (2005). *Radical right: Voters and parties in the electoral market*. Cambridge University Press;
- [74] Olken, B. (2007). Corruption Perceptions vs Corruption Reality. *CEPR Discussion Paper No. 6272*;
- [75] ParlGov (2017), em <http://www.parlgov.org/>
- [76] Polity IV (2017), em <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>
- [77] Pordata (2017), em <https://www.pordata.pt/>
- [78] Riker, W. H. e Ordeshook, P. C. (1968). A Theory of the Calculus of Voting. *American political science review*, 62(1), 25-42;
- [79] Rooduijn, M. (2015). The rise of the populist radical right in Western Europe. *European View Volume 14, Issue 1, 3-11*;

- [80] Rotte, R. e Steininger, M. (2008). Crime, unemployment, and xenophobia? An ecological analysis of right-wing election results in Hamburg, 1986-2005. *IZA discussion papers, No. 3779*;
- [81] Rydgren, J. (2005). Is extreme right-wing populism contagious? Explaining the emergence of a new party family. *European Journal of Political Research 44*: 413-437;
- [82] Salt, J. e Almeida, J. C. (2006). International Migration in Europe. Patterns and Trends since the mid-1990s. *Revue européenne des migrations internationales, 22(2)*, 155-175;
- [83] Serricchio, F., Tsakatika, M. e Quaglia, L. (2013). Euroscepticism and the global financial crisis. *JCMS: Journal of Common Market Studies, 51(1)*, 51-64;
- [84] Smith, J. (2010). Does Crime Pay? Issue Ownership, Political Opportunity, and the Populist Right in Western Europe. *Comparative Political Studies XX(X)* 1–28;
- [85] Stockemer, D. (2017). The success of radical right wing parties in Western European regions new challenging findings. *Journal of Contemporary European Studies Vol. 25, no. 1*, 41–56;
- [86] Stoyanova, A. (2016). Unemployment and European Right Wing Populism. *Economics and Nationalism*;
- [87] Swank, D. e Betz, H. G. (2003). Globalization, the welfare state and right-wing populism in Western Europe. *Socio-Economic Review, 1(2)*, 215-245;
- [88] Teperoglou, E. e Tsatsanis, E. (2014). Dealignment, De-legitimation and the Implosion of the Two-Party System in Greece: The Earthquake Election of 6 May 2012. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties, 24:2*, 222-242;
- [89] Transparency International (2017), em <https://www.transparency.org/>
- [90] Veugelers, J. e Maignan, A. (2005). Conditions of far right strength in contemporary Western Europe: an application of Kitschelt's theory. *European Journal of Political Research 44*: 837–860;
- [91] Visser, M., Lubbers, M., Kraaykamp, G. e Jaspers, E. (2014). Support for radical left ideologies in Europe. *European Journal of Political Research, 53(3)*, 541-558;
- [92] World Bank (2017), em <https://data.worldbank.org/>
- [93] Zaslove, A. (2004). The Dark Side of European Politics: Unmasking the Radical Right. *Journal of European Integration 26*, 61–81.

## Anexo 1 Tabela 1. Partidos populistas radicais de direita 1990-2016

País	Partidos
Alemanha	Os Republicanos (REP); União da Nação Alemã(DVU); Partido Nacional Democrata Alemão (PND) Alternativa para a Alemanha (AFD)
Áustria	Partido da Liberdade Austríaco (FPÖ)
Bélgica	Vlaams Blok (VB); Frente Nacional (FN)
Bulgária	Partido Nacionalista Radical Búlgaro (BNRP); ATAKA
Chipre	Novos Horizontes (NO)
Croácia	Partido dos Direitos dos Croatas (HSP)
Dinamarca	Partido da Nação Dinamarquesa (DF)
Eslováquia	Partido Nacional Eslovaco (SNS); O Verdadeiro Partido Nacional Eslovaco (PSNS); Partido Nacional: A nossa Eslováquia (LSNS)
Eslovénia	Partido Nacional Esloveno (SNS)
Espanha	Espanña 2000*
Estónia	Partido Nacional Independente da Estónia (ERSP)
Finlândia	Partido Rural da Finlândia (SMP); True Finns (Ps)
França	Frente Nacional
Grécia	Movimento Popular ortodoxo (LAOS); Aurora Dourada (LS-CA)
Holanda	Democratas de Centro (CD); Lijst Pim Fortuyn; Partido para a Liberdade (PVV)
Hungria	Partido da justiça e da vida dos húngaros (MIEP); Jobbik
Irlanda	Nenhum
Itália	Liga Nortenha para a independência da Padania (LN); Movimento Social Italiano da direita nacionalista (MSI-DN); Movimento Tricolor (MSFT); Movimento Cinco Estrelas (M5S)
Letónia	Movimento Nacional para a Independência da Letónia (LNNK);Pela Pátria e Liberdade (TB);LNNK+TB (Aliança Nacional)
Lituânia	Partido da União Nacional da Lituânia (LTS); Jovem Lituânia (JL)
Luxemburgo	Movimento Nacional (NB)
Malta	Imperium Europa*
Polónia	Partia X; Movimento Católico Nacional (RKN)
Portugal	Partido Nacional Renovador (PNR)*
Reino Unido	Partido para a Independência do Reino Unido (UKIP)
República Checa	Partido Republicano da Checoslováquia (SPR-RSC)
Roménia	Partido da União Nacional Romena (PUNR); União Democrática dos Húngaros na Roménia (UDMR); Partido da Roménia Suprema (PRM); Partido da Roménia Unida (URP)
Suécia	Nova Democracia (NyD); Democratas Suecos (SD)

\*Sem representação parlamentar

## Anexo 1 Tabela 2. Partidos populistas radicais de esquerda 1990-2016

País	Partidos
Alemanha	Partido para o Socialismo Democrático (PDS); a Esquerda (Linke)
Áustria	Partido Comunista Austríaco (KPO)
Bélgica	Partido dos Trabalhadores Belga (PA-PTB)
Bulgária	Partido Comunista Búlgaro (KPB)
Chipre	Partido Progressista do Povo Trabalhador (AKEL); Movimento Renovador Socialista Democrático (ADISOK)
Croácia	Liga dos Comunistas da Croácia (SKH); Partido dos Trabalhadores Croatas (CL-LP)
Dinamarca	Aliança Vermelha-Verde (EN-O)
Eslováquia	Partido Comunista Eslovaco (KSS)
Eslovénia	Partido Socialista Esloveno (SSS)
Espanha	Izquierda Unida; Partido Comunista; Podemos
Estónia	Partido da Esquerda Estónia (EVP)
Finlândia	Aliança de Esquerda
França	Partido Comunista Francês (PCF)
Grécia	Coligação da Esquerda (SYN); Partido Comunista Grego (KKE); Coligação da Esquerda Radical (SYRIZA)
Holanda	Partido Socialista (SD)
Hungria	Partido Socialista Operário húngaro (MSZMP); Partido dos Trabalhadores (MP); Partido dos Trabalhadores Húngaros (MMP)
Irlanda	Sinn Fein (SF); Esquerda Democrata (DLP); Partido Socialista (SP); PBPA
Itália	Partido Comunista Reformador (PRC); Partido dos Comunistas Italianos (PdCI); Esquerda e Liberdade (SL)
Letónia	Partido Comunista da Letónia (LKP); Partido Socialista da Letónia (LSP)
Lituânia	Partido Comunista da Lituânia (LKP); Partido Comunista da União Soviética (TSKP); Frente do Povo Socialista (SPF)
Luxemburgo	Partido Comunista Luxemburguês (KPL); a Esquerda (DL)
Malta	Nenhum
Polónia	Partido Democrata (DP); União Polaca Ocidental (PZZ)
Portugal	Partido Comunista Português (PCP); Bloco de Esquerda (BE)
Reino Unido	Sinn Fein (SF)
República Checa	Partido Comunista da Checoslováquia (KCS); Partido Comunista da Bohemia e da Moravia (KSCM); Bloco de Esquerda (LB)*
Roménia	Partido Socialista Democrático Romeno (PSoDR); Partido Socialista (PS); Partido Socialista dos Trabalhadores Romanos (PSMR)
Suécia	Partido de Esquerda (VP)

\*Sem representação parlamentar

A tabela 1 do anexo 2 apresenta os resultados das eleições, de 1990 a 2016 para os partidos populistas de direita da Europa.

**Anexo 2 Tabela 1. Resultados das Eleições para os partidos populistas de direita na Europa, 1990-2016**

País	Melhor Resultado (em %)	Resultado mais recente (em %)
Alemanha	6 (2013)	6 (2013)
Áustria	26,9 (1999)	20,5 (2013)
Bélgica	14 (2007)	3,7 (2014)
Bulgária	9,4 (2009)	4,5 (2014)
Chipre	3 (2001)	0 (2016)
Croácia	7,1 (1992)	0 (2016)
Dinamarca	20,6 (2015)	20,6 (2015)
Eslováquia	13,9 (1990)	8,6 (2016)
Eslovênia	10 (1992)	2,2 (2014)
Espanha	0 (1993)	-
Estónia	8,8 (1992)	0 (2015)
Finlândia	19,1 (2011)	17,7 (2015)
França	17,9 (2012)	17,9 (2012)
Grécia	9,2 (2012)	7,3 (2015)
Holanda	17 (2002)	10,1 (2012)
Hungria	20,2 (2014)	20,2 (2014)
Irlanda	-	-
Itália	14,1 (1992)	4,1 (2013)
Letónia	18,8 (1993)	16,6 (2014)
Lituânia	6,3 (2016)	6,3 (2016)
Luxemburgo	2,8 (1994)	0 (2013)
Malta	-	-
Polónia	2,7 (1993)	0 (2015)
Portugal	0,3 (2011)	0,3 (2011)
Reino Unido	12,7 (2015)	12,7 (2015)
República Checa	8 (1996)	0 (2013)
Roménia	27,7 (2000)	9,2 (2016)
Suécia	12,9 (2014)	12,9 (2014)

Da mesma forma, a tabela 2 do anexo 2 apresenta os resultados das eleições, de 1990 a 2016 para os partidos populistas de esquerda da Europa.

**Anexo 2 Tabela 2. Resultados das Eleições para os partidos populistas de esquerda na Europa, 1990-2016**

<b>País</b>	<b>Melhor Resultado (em %)</b>	<b>Resultado mais recente (em %)</b>
Alemanha	11,9 (2009)	8,6 (2013)
Áustria	1 (2013)	1 (2013)
Bélgica	3,7 (2014)	3,7 (2014)
Bulgária	1,5 (1994)	0 (2014)
Chipre	34,7 (2001)	25,7 (2016)
Croácia	35,3 (1990)	0 (2016)
Dinamarca	7,6 (2015)	7,6 (2015)
Eslováquia	14,7 (1992)	0 (2016)
Eslovénia	3 (2014)	3 (2014)
Espanha	13,4 (2016)	13,4 (2016)
Estónia	2,3 (1995)	0 (2015)
Finlândia	11,2 (1995)	7,1 (2015)
França	11,1 (2012)	11,1 (2012)
Grécia	41,8 (2015)	41,8 (2015)
Holanda	16,6 (2006)	9,7 (2012)
Hungria	4 (1998)	0,6 (2014)
Irlanda	17,9 (2016)	17,9 (2016)
Itália	8,6 (1996)	3,2 (2013)
Letónia	21,5 (1990)	0 (2014)
Lituânia	39,3 (1990)	0 (2016)
Luxemburgo	6,5 (2013)	6,5 (2013)
Malta	-	-
Polónia	3,7 (1991)	0 (2015)
Portugal	19,2 (2015)	19,2 (2015)
Reino Unido	1,2 (1997)	0,6 (2015)
República Checa	18,5 (2002)	14,9 (2013)
Roménia	14 (2002)	0 (2016)
Suécia	12 (1998)	5,7 (2014)

### **Anexo 3. Descrição dos resultados eleitorais dos partidos populistas nos países da U.E.**

#### **Alemanha**

As eleições para o parlamento alemão, o Bundestag, de 1990 a 2013, têm produzido resultados favoráveis a partidos populistas radicais de direita, mas que não ultrapassam a fasquia dos 10% como o partido Os Republicanos e a União do povo Alemão, de 1990 a 2002, o NPD (Partido Democrata Nacional) de 2005 em diante e, mais recentemente o AFD (Alternativa para a Alemanha) nas legislativas de 2013 em que ambos conseguiram, em conjunto cerca de 6% dos votos. No ano corrente, a Alternativa para a Alemanha aumentou a sua votação em 7,9 p.p., chegando aos 12,6% e tornando-se assim na terceira força política no Bundestag.

Do outro lado do espectro político, a esquerda populista radical, representada principalmente pelo Partido para o Socialismo Democrático (PDS), de 1990 a 2002 e a Esquerda (Linke), de 2005 até hoje, atingindo máximos de 11,9% da votação em 2009. Nas eleições mais recentes, obteve apenas 9,2% dos votos, fixando-se desta forma como a penúltima força política alemã.

#### **Áustria**

Na Áustria, o populismo radical, nomeadamente, o populismo radical de direita representado pelo partido da Liberdade de Norbert Hofer (FPÖ), tem conseguido resultados bastante positivos desde 1990, tendo atingido os 26,9% da votação em 1999 e, mais recentemente 20,5% nas eleições legislativas de 2013.

Quanto ao voto em partidos populistas radicais de esquerda, continua a ser relativamente residual não ultrapassando 1% para os anos de análise.

#### **Bélgica**

Na Bélgica, o Vlaams Belang (antes denominado Vlaams Blok) e a Frente Nacional englobavam, até 2010, grande parte do eleitorado que tende a votar em partidos populistas radicais de direita. Assim, atingiram o seu melhor resultado em 2007 com 14% dos votos (12 e 2% respetivamente). Depois, a Frente Nacional perdeu assento parlamentar e o Vlaams Belang foi perdendo votos até às últimas eleições em 2014 onde obteve apenas 3,7%.

Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores é relativamente residual no espectro político belga, uma vez que apresenta uma média de cerca de 1% dos votos ao longo do período em análise.

### **Bulgária**

Na Bulgária, a direita populista radical só começou a desempenhar um papel relevante na política a partir das eleições de 2005, com o Attaka a obter cerca de 8,1% dos votos, valor esse que aumentou cerca de 1,3 pontos percentuais nas eleições seguintes, mas que tem diminuído desde então, ficando-se pelos 4,5% em 2014.

A Bulgária tornou-se um regime democrático em 1991 quando o Comunismo sob a forma do Partido Socialista Búlgaro perdeu poder. Desta forma, os partidos populistas radicais de esquerda deixaram de ter o peso político que tinham antes da independência, pelo que apenas por duas vezes obteve representação parlamentar: em 1994 e 1997 com, respetivamente, 1,5 e 1,3% dos votos.

### **Chipre**

O AKEL, partido comunista cipriota, tem estado em alta, obtendo votações superiores a 30% em todas as eleições legislativas em que participou com a exceção da mais recente, em 2016, tendo mesmo concorrido com o partido democrático para partido mais votado, feito alcançado em 2001 (34,71%) e 2006 (31,13%). Em 2011, atingiu os 32,67% e em 2016 obteve cerca de 25,67% da votação.

Por outro lado, a direita populista radical não tem quase nenhuma influência neste país, uma vez que o melhor resultado que obteve foi em 2001 com 3% dos votos obtidos pelo partido Novos Horizontes.

### **Croácia**

Na Croácia, um ano antes do desmembramento da Jugoslávia de 1991, a Liga dos Comunistas da Croácia conseguiu obter 35,3% dos votos, valor normal se tivermos em conta que, à data, a Croácia era designada por República Socialista da Croácia. Contudo, após a independência, o radicalismo de esquerda não mais recuperou, salvo nas eleições de 2011 onde obteve 5% da votação.

Por outro lado, o Partido dos direitos dos Croatas conseguia em média 3,4% dos votos entre 1990 e 2016, obtendo um máximo de 7,1% em 1992.

## **Dinamarca**

Na Dinamarca existem partidos de ambos os lados, sendo que, do lado da direita, o populismo só surgiu com algum fulgor a partir de 1998 tendo vindo a crescer desde então.

Do lado dos populistas radicais de direita, o Partido da Nação Dinamarquesa tem vindo a arrecadar cada vez mais votos, de 7,4% em 1998 para 20,6% em 2015. Analogamente, o populismo radical de esquerda personificado pela Aliança Vermelha-Verde tem, também, conseguido incrementar a sua votação, de 1,7% em 1990 para 7,6% quinze anos depois.

Embora este seja um país em que os seus cidadãos consideram estar relativamente livres de corrupção, isto é, níveis do índice de perceção da corrupção à volta dos 95-100, estes valores estão a baixar, pelo que, cada vez mais, a população aponta falhas ao sistema e por conseguinte o populismo radical está a crescer.

## **Eslováquia**

Na Eslováquia, a direita populista radical tem tido uma evolução um tanto ou quanto irregular mas que no seu conjunto se traduziu numa diminuição da percentagem de votos obtida, de 13,9% em 1990 para 8,6% em 2014 tendo, pelo caminho, atingido um segundo pico de 11,7% dos votos em 2006. Analogamente, a esquerda populista radical também diminuiu a sua representação parlamentar ao longo do tempo mas de forma mais regular, de 13,4% em 1990 para, em 2014 ter perdido assento no parlamento.

## **Eslovénia**

O segundo país analisado que resulta do desmembramento da Jugoslávia, a Eslovénia parece não seguir a mesma trajetória dos outros países europeus no que toca ao voto em partidos populistas radicais de esquerda, mais concretamente o Partido Socialista Esloveno, uma vez que só em três das eleições realizadas no período analisado, conseguiram obter assento parlamentar, em 1990 (1,2%), 1992 (2,8%) e, finalmente em 2014 (3%). Por outro lado, o voto no Partido nacional esloveno da direita populista radical tem vindo a decrescer, de 10% em 1992 para 2,2% em 2014.

## **Espanha**

Em Espanha, a Izquierda Unida e o Podemos juntos conseguiram 18% nas europeias de 2014 e, a 9 de Maio do ano transato, formaram uma coligação denominada Unidos Podemos que esperava superar o resultado alcançado em 2015, de 24,4% (em conjunto) quando se realizassem novas eleições no dia 26 de Junho de 2016. No entanto, nas eleições de 2016, esta coligação obteve apenas 13,4% dos votos. Portugal também assistiu ao crescimento de partidos desta natureza, nomeadamente o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português com 13% (5,2 e 7,9% respetivamente) dos votos em 2011 e 18,5% (10,2 e 8,3% respetivamente) em 2015. Após estas eleições, ambos os partidos chegaram a acordo com o Partido Socialista para uma aliança que permitiu ao PS formar governo.

## **Finlândia**

Na Finlândia, tem-se assistido a um decréscimo faseado dos partidos da esquerda populista radical e, em sentido inverso, um acréscimo também ele faseado da direita populista radical. No primeiro caso, a Aliança de Esquerda tem vindo a perder votos desde a década de noventa, a partir da qual não conseguiu mais atingir os 10% dos votos, fixando-se estes nos 7,1% nas eleições de 2015. Por outro lado, e como já referi, a direita populista radical, representada pelo partido rural da Finlândia, numa primeira fase (de 1991 a 1995) em que o melhor que conseguiu foi 4,8% da votação e depois pelo True Finns que conseguiu, nas duas eleições mais recentes, de 2011 e 2015 cerca de 19,1 e 17,7% dos votos respetivamente.

## **França**

Em França, a candidata da Frente Nacional, Marine Le Pen alcançou o terceiro lugar nas eleições para a presidência da República de 2012, com 17,9% dos votos, tendo conseguido mais 7,5 p.p. que nas eleições de 2007, com Jean-Marie Le Pen ao comando do partido. Desta feita, o populismo de direita continua a ser relevante na França, atingindo valores invejáveis para muitos dos restantes partidos da mesma área política noutros países da União Europeia.

Do outro lado, isto é, do lado do populismo radical de esquerda, destaca-se o partido comunista francês, liderado, mais recentemente por Jean-Luc Mélenchon que conseguiu, nas eleições presidenciais de 2012 obter cerca de 11,1% dos votos.

### **Grécia**

O populismo radical na Grécia tem, como em grande parte dos países europeus vindo a crescer, desde 1990 até aos dias de hoje.

A crise económica e financeira trouxe uma mudança profunda no eleitorado grego, traduzida em sentimentos anti-imigração e anti sistema (Ellinas 2013). A Aurora Dourada, partido formado em 1980, aproveitou-se deste clima de insatisfação geral e, de 0,29% em 2009 cresceu de tal forma que ganhou assento parlamentar nas eleições para o parlamento grego de Maio de 2012, arrecadando 7% dos votos e, consequentemente, conseguiu 21 deputados para a Assembleia grega. Posteriormente, obteve 6,3% da votação nas eleições de Junho do mesmo ano, valor que aumentou para 7% nas eleições de 2015.

Por outro lado, a esquerda populista radical viu o SYRIZA crescer exponencialmente num espaço de apenas 10 anos (de 4,6% em 2005 para 36,3% em 2015), tendo o seu líder Alexis Tsipras chegado a primeiro-ministro em Janeiro desse ano, cargo que ainda mantém. Esta vitória deveu-se, também, à perda de votos por parte da Nova Democracia e o PASOK. O ano de 2012 teve especial destaque devido à ocorrência de duas eleições em Maio e em Junho nas quais o SYRIZA viu aumentar a sua representatividade de 16 para 27% no espaço de um mês (Teperoglou, Tsatsanis 2014).

### **Holanda**

A direita populista radical tem desempenhado um papel de grande relevo no parlamento holandês, com os democratas do centro (1994 e 1998), o Lijst Pim Fortuyn (2002 e 2003) e mais recentemente o Partido para a Liberdade (PVV) (2006-2017) que, sob o comando de Gert Wilders conseguiu passar de 5,9% dos votos em 2006 para 13,1% a 15 de Março de 2017 tendo concorrido com o Partido da Liberdade de Mark Rutte para o primeiro lugar nas eleições desse ano.

Por outro lado, o Partido Socialista, do lado da esquerda populista radical conseguiu, nas eleições de 2006 o seu melhor resultado, obtendo 16,6% do total dos votos, valor esse

que tem vindo a decrescer até às eleições mais recentes onde conquistou 9,2% da votação.

### **Hungria**

Na Hungria os partidos populistas radicais de direita mais relevantes são o MIEP, i.e., o Partido da justiça e da vida dos húngaros cuja presença no parlamento húngaro foi relativamente ténue, atingindo um pico de 5,5% dos votos em 1998 e o Jobbik que, apesar de ter sido formado em 2003 só obteve assento parlamentar em 2006 conseguindo, no entanto, resultados impressionantes, nomeadamente, 16,7% nas eleições de 2010 e 20,2% quatro anos depois.

O populismo radical de esquerda não tem tido grande sucesso na Hungria a partir de 1990, sendo que o expoente máximo da sua representação no parlamento foi em 1998 com o chamado Partido dos Trabalhadores que conseguiu obter cerca de 4% da totalidade dos votos, valor esse que se ficou pelos 0,6% nas últimas eleições em 2014, já com a designação de Partido dos Trabalhadores Húngaros.

### **Irlanda**

Na Irlanda o populismo radical de direita é quase inexistente ou, pelo menos, não tem tido representação parlamentar desde 1990 até 2016. Sendo assim, foquei-me nos resultados das eleições por parte dos partidos populistas radicais de esquerda. Podemos constatar que o apoio a este tipo de partidos tem vindo a aumentar cada vez mais, de 4,4% em 1992 a 17,9% nas legislativas de 2016. Neste campo, o Sinn Fein destaca-se como o partido desta área política que mais contribuiu para o crescimento deste tipo de partidos.

### **Itália**

Em Itália, o Movimento Cinco Estrelas aparece como um puzzle para os que o pretendem classificar como populista radical de esquerda ou de direita, uma vez que engloba políticos e ideais de várias áreas. Como tal incluo-o apenas no conjunto dos partidos populistas. Sendo assim, desde que apareceu nas últimas eleições com 25,6% dos votos aparece como sério candidato à vitória nas próximas eleições de 2018.

Do lado do populismo radical de direita, a Liga Nortenha para a independência da Padania (Lega Nord) e o Movimento Social Italiano da direita nacionalista conseguiram

14,1% dos votos, em 1992, 8,4% em 1994 (a partir daqui apenas a LN), 10,1% em 1996 e 4,5% em 2006, não tendo conseguido representação parlamentar nas eleições de 2002. Mais tarde, e após o Movimento Social se ter desintegrado, a Liga Nortenha e o Movimento Tricolor atingiram os 10,8 e os 4,1% dos votos nas eleições de 2008 e 2013. Por fim, os populistas radicais de esquerda representados pelo Partido Comunista Reformador conseguiram uma média de 5,7% dos votos nas seis eleições que realizaram desde que concorreram às eleições para a Câmara baixa do parlamento. Nas eleições mais recentes, contudo, foi a vez do partido Esquerda e Liberdade de concorrer do lado deste tipo de partidos obtendo apenas 3,2% dos votos.

### **Letónia**

A Letónia, tal como o seu país vizinho, a Lituânia parece ter ficado avessa ao comunismo e o radicalismo populista de esquerda desde que se desmembrou a União Soviética, uma vez que, desde as eleições de 1990, nas quais o Partido Comunista obteve 21,5% dos votos, só por uma vez, em 1995, conseguiram obter representação parlamentar com 5,6% dos votos.

Por outro lado, os partidos populistas radicais de direita parecem ter tido, ao longo do tempo, muito mais sucesso na Letónia, com o Movimento Nacional para a Independência da Letónia, Pela Pátria e Liberdade e Aliança Nacional a serem os motores deste crescimento que atingiu o seu pico quando, em 1993, o LNNK e o TB conseguiram, em conjunto cerca de 18,8% da votação, mas que no entanto foram perdendo poder até, em 2010, terem apenas 7,8% dos votos. Contudo, a Aliança Nacional surge um ano depois e consegue arrecadar 13,9 e 16,6% nas eleições subsequentes.

### **Lituânia**

Na Lituânia, antes do desmembramento da União Soviética, em 1991, o Partido Comunista do país e o Partido Comunista da União Soviética conseguiram, em conjunto, nas eleições do ano anterior, um grande resultado (cerca de 39,3% da votação). No entanto, após este importante acontecimento, os partidos populistas radicais de esquerda só por duas vezes obtiveram a representação parlamentar neste país, em 2008 e 2012 com 3,2 e 1,2% dos votos, respetivamente.

Por outro lado, o populismo radical de direita, encabeçado pela Jovem Lituânia e pela União Nacional tem conseguido resultados relativamente marginais em quase todas as eleições em que participaram tendo atingindo máximos de 6,3% nas eleições de 2016.

### **Luxemburgo**

O Luxemburgo apresenta uma percentagem de votos em partidos populistas radicais bastante modesta, sendo que são mais representativos os partidos da ala mais à esquerda, como o Partido comunista e “a Esquerda” que conseguiram, em 2014, o seu melhor resultado, obtendo 6,5% dos votos, respetivamente 1,6 e 4,9% dos votos.

Do lado do populismo radical de direita, o único partido que se impôs relativamente nas eleições entre 1990 e 2016 foi o Movimento Nacional que, no entanto, só conseguiu obter uma votação positiva, i.e, maior que 0, nas primeiras eleições que realizou, com 2,8% dos votos.

### **Malta**

Uma aparente exceção no seio da europa, Malta não tem até à data partidos populistas radicais representativos no parlamento. Tem sim, no parlamento europeu, o Imperium Europa - partido populista radical de direita - mas que não foi incluído nesta análise por não ser representativo na assembleia do país.

### **Polónia**

Na Polónia, embora exista um número considerável de partidos populistas radicais de esquerda, estes não têm sido muito bem-sucedidos nas eleições a que concorreram desde que obtiveram 3,7% dos votos em 1991. Adicionalmente, os seus homólogos de direita também não têm tido grande sorte no panorama político polaco, não tendo conseguido representação parlamentar em nenhuma das eleições que analisei.

### **Portugal**

Portugal também assistiu ao crescimento de partidos populistas radicais, nomeadamente o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português com 13% (5,2 e 7,9% respetivamente) dos votos em 2011 e 18,5% (10,2 e 8,3% respetivamente) em 2015. Após estas eleições, ambos os partidos chegaram a acordo com o Partido Socialista para uma aliança que permitiu ao PS formar governo.

Por outro lado, o populismo de direita não tem tido, em Portugal, grande relevo, sendo que o Partido Nacional Renovador não se tem conseguido impor no parlamento português.

### **Reino Unido**

No Reino Unido, destaca-se o Partido para a independência (UKIP), do lado dos populistas radicais de direita que, com 12,7% dos votos nas eleições de 2015 e, tendo sido um dos dois partidos responsáveis pelo futuro abandono da União Europeia, assume um papel bastante relevante na política interna do Reino Unido.

Por outro lado, o Sinn Fein, representante da esquerda populista radical no Reino Unido, não tem conseguido replicar o sucesso eleitoral que obtém na Irlanda, tendo apenas obtido 0,6% dos votos nas eleições mais recentes.

### **República Checa**

O populismo radical de esquerda tem uma forte presença neste país sendo representado por dois partidos que juntos atingiram um máximo de 18,5% nas eleições de 2002, pese embora tenham perdido cerca de 3,6 pontos percentuais até às eleições mais recentes de 2013.

Em contraste, a direita populista radical obteve 8% dos votos nas eleições de 1998. No entanto, a partir daí, perdeu 4,1 pontos percentuais nas eleições seguintes e ficou sem representação parlamentar daí em diante.

### **Roménia**

A Roménia, contrastando com o caso anterior da República Checa, vê os seus partidos populistas radicais de direita como a maior fonte de populismo no país, mas que, no entanto, tiveram os seus altos e baixos, tendo obtido quase 30% dos votos nas eleições de 2000, mas ficando-se pelos 6,4% nas legislativas de 2012 e 9,2% nas homólogas de 2016.

Ao invés, o populismo radical de esquerda, representado neste país pelo Partido Socialista Democrático Romeno (PSoDR), pelo Partido Socialista (PS) e pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Romanos (PSMR) não tem tido tanto sucesso eleitoral como os seus homólogos de direita com a exceção das eleições de 1996 (4%) e 2012 (14%).

## **Suécia**

A Suécia tem sido palco, através da Nova Democracia, e principalmente através dos Democratas Suecos, de uma ascensão rápida dos partidos populistas radicais de direita. Com 6,7% dos votos obtidos em 1991 e 1,2% nas eleições seguintes, a Nova Democracia foi o partido de entre estes dois que piores resultados obteve. Em oposição, os Democratas Suecos conseguiram aumentar em 11,5 pontos percentuais os seus votos obtidos desde a primeira eleição a que concorreram em 2002, obtendo 12,9% em 2014. Do outro lado da questão, o chamado partido de Esquerda atingiu, em 1998, o pico da votação de todas as eleições que participou (12%), tendo perdido cerca de 6,3 pontos percentuais no espaço de dezasseis anos.

#### Anexo 4. Tabela 1: Variáveis e Estatísticas descritivas relativas a cada variável

Variáveis	Descrição	Fonte
Populismo em geral	Percentagem de votos obtida pelos partidos populistas em geral nas eleições de 1ª ordem para os países da U.E.	Parlgov
Populismo de direita	Percentagem de votos obtida pelos partidos populistas de direita nas eleições de 1ª ordem para os países da U.E.	Parlgov
Populismo de esquerda	Percentagem de votos obtida pelos partidos populistas de esquerda nas eleições de 1ª ordem para os países da U.E.	Parlgov
Duração da democracia	Duração da democracia em anos	Polity iv
Crescimento do PIB	Taxa de Crescimento real do PIB a preços constantes	Eurostat, Pordata
Taxa de Homicídios	Taxa de Homicídios por cem mil habitantes	Inquérito ICVS
Taxa de Urbanização	Percentagem da população residente em áreas urbanas em relação à população total do país	Worldbank
Welfare	Despesa com proteção social em percentagem do PIB	ESSPROS, Pordata
Perceção da Corrupção	Índice de perceção da Corrupção	Transparency Int.
Taxa de Desemprego	Percentagem da população desempregada em relação à população total	AMECO, Eurostat
Participação eleitoral	Percentagem da população habilitada a votar e que exerce efetivamente esse direito	Parlgov
Ano	Data em anos em que se realizaram as eleições para cada país de 1990 até 2016	Parlgov
% Imigrantes	Percentagem de população estrangeira residente nos países considerados	Eurostat
Crise financeira	Fenómeno caracterizado por quebras significativas no output e no emprego	Funke et al (2015)

## Anexo 4 Tabela 2. Estatísticas Sumárias

Variável	Média	Desv. Padrão	Variância	N	Min	Max
Logextremo	-2.689183	1.69302	2.866316	205	-6.91	-.04
Logdireita	-4.22814	2.162912	4.678189	205	-6.91	-.96
Logesquerda	-3.742796	1.716063	2.944874	205	-5.81	2
Logdemocracia	3.191226	1.421385	2.020336	205	0	5.7301
Cresc. PIB	2.284817	3.652847	13.34329	191	-21.1	11.9
T. Homicídio	2.771779	3.225487	10.40377	163	0	17.1
Urbanização	70.89697	11.95335	142.8825	198	48.5	97.8
Welfare	22.41835	5.735973	32.90138	158	0	34.7
P. Corrupção	62.42857	19.05364	363.0411	147	27	100
Desemprego	9.055779	4.512234	20.36026	199	0	24.9
Participação	71.9855	13.283	176.438	200	39.2	97.2
Ano	2002.644	8.030275	64.48532	205	1990	2016
%Imigrantes	7.845806	7.970149	63.52328	155	.1	44.5
Pós-crise	.3219512	.4683681	.2193687	205	0	1